

1

1

2

3

4

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUARTA
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA**

5Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e cinco realizou-se a Septuagésima Quarta
6Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à
7Rua Marcílio Dias, n.º 574 - Auditório, Sede da FAMURS, Porto Alegre, com o início às
8quatorze horas e vinte sete minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr.**
9**Cláudio Dilda**, Representante da FEPAM; **Sr. Adoralvo Antônio Schio**, Representante
10do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Ebersson Thimmig Silveira**,
11Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; **Sra. Stela Gayer**,
12Representante do Secretário da Educação; **Sra. Marilene Kostelnaki Franco**,
13Representante do Secretário da Cultura; **Sra. Jaqueline Annes**, Representante do
14Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; **Sr. Ronaldo Nery**,
15Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sra. Sônia Maria**
16**Moreira de Mello**, Representante do Secretário da Coordenação e Planejamento; **Sra.**
17**Edi Xavier Fonseca**, Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Kathia Maria**
18**Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr.**
19**Antônio Carlos Porciúncula Soler**, Representante Titular do Centro de Estudos
20Ambientais – CEA; **Sra. Maria Teresa Raya Rodriguez**, Representante Suplente da
21Instituição Universitária Pública; **Sra. Elizabete Maria Zanin**, Representante Titular da
22Instituição Universitária Privada; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Titular da
23FETAG; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr.**
24**Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sra Maria Cecília Moreira**
25**Hypólito**, Representante Titular do IBAMA; **Srs. Sérgio Cardoso e Roberto Carlos da**
26**Silva Alves**, Representantes Titular e Suplente dos Comitês de Bacias Hidrográficas;
27**Sr. Clebes Brum Pinheiro**, Representante Titular do Corpo Técnico da FEPAM.
28Participaram também da reunião, como convidados: Kátia Helena Lipp Nissinen,
29Câmara Técnica de Gestão Compartilhada/FEPAM; Doadi Antônio Brum, Amigos da
30Floresta; Maurício Colombo, Câmara Permanente de Gestão das Águas; Moacir
31Fischmann, CREA; Ari Pinheiro, ADJORI; Mara Klank, Jornal Sentinela/Jacuí; Denize
32Barella, Silviani F. Pong e Salete Mastella, Marau; Roque Soldter, Prefeitura de São
33Marcos; Antônio Saldanha Nunes, SIL – Soluções Ambientais; Carmem Lúcia Martini da
34Rosa e Ernesto Garcia, Prefeitura de Sapiranga; Harriet Arandt, Dois Irmãos; Ivana
35Collet, CONDIMMA; Ludgero Marques, Camaquã; Paulo Figueiredo, Rádio AM
361240/Triunfo; Cristiane Carbon, SEMA; Pércio Brasil Álvares, SJS; Ângela Maria Alano e
37Shirley Nunes, visitantes; Lindemar Franzon, Secretário Substituto de Meio Ambiente;
38Armando Roseveld, Prefeito de Não-Me-Toque; Rosângela Bertoldo, TCE; Antônio
39Gomes, Secretaria da Agricultura de Barracão; Jaqueline Jaques, Secretaria de
40Planejamento de Viamão; Valery Pugatch, IRGA; Niro Afonso Pieper, SIGA/SEMA;
41Carla Maria Pires Rangel, COPESUL; Beto Moesch, SMAM. Os trabalhos foram abertos
42e presididos pelo Sr. Valtemir Goldmeier, Representante da FAMURS, e secretariados
43pelo Sr. Mauro Gomes de Moura, FEPAM, e a Sra. Marisa C. Freitas, Presidenta do
44CONDIMMA **Pauta: 1. Transmissão de Cargo; 2. Comunicações; 3. Aprovação das**
45**Atas da 29ª Reunião Extraordinária e 73ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 4.**
46**Habilitação de Municípios para Licenciamento de Atividades de Impacto Local:**
47**Barracão, Nova Palma e Marau; 5. Apreciação da Minuta que dispõe sobre**
48**Programa Estadual de Regulamentação de Atividades Irrigantes-PERAÍ; 6.**

49**Apreciação da Proposta de Alteração do Anexo da Resolução CONSEMA n.º**
50**005/1998; 7. Assuntos Gerais. Sr. Presidente (Sr. Cláudio Dilda):** Boa-tarde.
51Considerando que temos *quorum* regimental vamos dar início à Septuagésima Quarta
52Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Hoje com a posse do novo
53Presidente eleito por este Plenário na Reunião Extraordinária para este fim convocado.
54Para darmos início aos nossos trabalhos. Convido, então, para compor a Mesa o
55Presidente eleito, Valtemir Goldmeier, o Presidente da FAMURS, Prefeito Petry,
56Secretário Substituto de Meio Ambiente, Lindemar Franzon e a representante do
57Tribunal de Contas do Estado, Rosângela Bertoldo. Passo a palavra ao Secretário
58Substituto de Meio Ambiente para a sua manifestação. **Sr. Lindemar Franzon:**
59Inicialmente gostaria de cumprimentar o nosso Presidente Dilda e o nosso Presidente da
60FAMURS, nosso amigo particular, o Sr. Presidente que assume e demais amigos aqui
61presentes. Gostaria, em primeira mão, dizer que a vontade do Secretário do Meio
62Ambiente, Dr. Mauro Sparta, era estar aqui presente, mas em razão de compromissos
63inadiáveis no interior do Estado hoje aqui não pode estar, mas me incumbiu de
64comparecer e transmitir, ao mesmo tempo, a nossa satisfação, o nosso entusiasmo, e
65dizer da nossa vontade de trabalhar em parceria, conjuntamente, com o Conselho, que,
66na realidade, representa os seus segmentos que o compõe, uma força, certamente,
67deve ser aproveitada e considerada. É por isso que nesta oportunidade estamos aqui
68desejando e certos de que o sucesso da administração será total, isso porque, nós, na
69sua maioria conhecemos os seus membros que o compõe e, certamente, todos têm,
70além de capacidade, condição suficiente para exercer o mandato que lhe é conferido.
71Nós desejamos e o cumprimentamos o Presidente que deverá assumir, colocando-nos a
72sua inteira disposição e agradecemos a oportunidade que nos foi dada. Muito obrigado.
73**Sr. Presidente:** Para a sua manifestação, com a palavra o Prefeito Petry, Presidente da
74FAMURS. **Sr. Petri:** Boa-tarde a todos. Faço uma correção inicial para maior
75entendimento, *ex-Prefeito*, mas não estou sozinho aqui, saúdo também o ex-Prefeito
76Bento, que aqui está comigo, nós que já estamos nos ex. Na condição de Presidente da
77FAMURS gostaria de com muita alegria saudar ao Dilda, Presidente da FEPAM, saudar
78aqui ao Secretário Substituto, Lindemar Franzon, também a Dra. Rosângela, do Tribunal
79de Contas. Com muita satisfação, também, o Valtemir Goldmeier, que tem assessorado
80a nossa Federação durante muito tempo, tem feito um trabalho de extrema importância
81para municipalismo, principalmente, nessa questão ambiental, que hoje, para nossa
82satisfação, assume a Presidência do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Para nós,
83caro Dilda, é um apoio muito grande ele poder dirigir uma organização tão importante
84quanto é o Conselho de Meio Ambiente, mas gostaria de, também, saudar a todos os
85demais que aqui estão, integrantes do Conselho, saudar também ao Prefeito de Não-
86Me-Toque, enfim, também a imprensa que está presente. Dizer que para nós é um
87momento especial de fazermos esta posse, esta solenidade aqui na nossa sede,
88momento em queremos estender as boas-vindas a todos que aqui estão presentes. E
89desejar que o mandato, o encargo e o cargo que o Valtemir vai desempenhar no
90Conselho possa ser desempenhado como ele sempre fez quando se dedica às causas
91do municipalismo, às causas das nossas comunidades. E mais do que nunca, as
92questões ambientais são relevantes, principalmente, quando estamos andando em um

93 processo em que os municípios começam a assumir mais essa competência, mais
94 essas atribuições, vários deles já municipalizados, já assumiram a municipalização,
95 outros em processo, talvez outros que possam ter um trabalho integrando. Este é um
96 novo momento que estamos vivendo, é mais uma responsabilidade que os municípios
97 assumem, temos questões ainda extremamente importantes, que entendemos para
98 serem definidas com relação à abrangência das atuações dos municípios. Temos a
99 questão nacional do marco regulatório, que nós, certamente, vamos ter uma
100 participação ainda de perto, na tramitação do projeto deverá estabelecer as
101 competências entre os entes federados na questão ambiental. Portanto, esse assunto é
102 amplo, é atual, e mais do que nunca, envolve a participação dos municípios nessa
103 discussão desse trabalho. E quando a instituição que representa todos esses
104 municípios, por meio da sua estrutura, tem por meio de um dos seus técnicos a
105 oportunidade de assumir a Presidência de um Conselho Estadual de importância que
106 tem, e pela participação que nós entendemos que devemos ter em todo esse processo,
107 nós temos nisso uma grande satisfação. Quero aqui ainda aproveitar e cumprimentar ao
108 Cláudio Dilda pelo trabalho dinâmico e dedicado que tem feito na FEPAM. Dizer e
109 reconhecer aqui, Dilda, que muita coisa melhorou, estamos contentes, estamos
110 satisfeitos, temos certeza que o seu propósito de estreitas relações com os municípios é
111 um fato concreto e deverá nortear todas as ações que pudermos avançar nesse
112 processo, com o objetivo de podermos participar do desenvolvimento dos nossos
113 municípios, mas, ao mesmo tempo, fazer isso de uma maneira sustentável. Nos casos
114 de desenvolvimento econômico e social sim, mas acima tudo, também, de um modo
115 sustentável, com respeito ao meio ambiente, em respeito à natureza que nos foi legada
116 por Deus. Esse é o grande desafio que temos, não simplesmente por disposições legais,
117 mas por um convencimento que cada um de nós devemos ter como seres humanos,
118 como pessoas e como indivíduos. Precisamos de um processo de evolução, um
119 processo de desenvolvimento, mas precisamos acima de tudo preservar o meio em que
120 todos nós vivemos, e não vivemos só nós como elementos de vida a parte, é todo um
121 conjunto de seres que depende da nossa responsabilidade poder gerir isso que hoje é
122 tão importante, como sempre foi, e talvez agora seja cada vez mais necessário. Então,
123 Dilda, bom trabalho enquanto estiveres à testa da FEPAM. Sucesso, Valtemir, parabéns,
124 a Entidade e os municípios se orgulham de que você tenha sido distinguido pelo
125 conjunto dos que integram o Conselho para presidir, e tem aqui na FAMURS um aporte,
126 uma estrutura, um apoio para que o trabalho seu e do Conselho como todo, a FEPAM, a
127 Secretaria, meu caro Secretário Substituto, queremos, aqui reafirmar a nossa vontade
128 em manter essa constante parceria e integração com a Secretaria e com o Governo do
129 Estado, mesmo que em certos momentos tenhamos posições de cobrança, tenhamos
130 posições de diálogo, de discussões, mas jamais vamos perder a nossa capacidade de
131 interlocução, de debate, de diálogo franco com o Governo do Estado. E acima de tudo
132 sempre sermos parceiros nas questões que interessam ao Estado, nas questões que
133 interessam ao povo gaúcho, as nossas comunidades municipais, porque não há como
134 se trabalhar de uma maneira parceira, de uma maneira cooperativa, não só porque a
135 nossa Constituição estabelece isso, mas isso deve ser uma convicção que no nosso
136 entender é administrativo e de gestão. Então, por isso quero saudar a todos agora,

137nesta Casa, neste momento, que estamos alegres e satisfeitos e desejamos a todos
138uma boa-tarde e muito obrigado. **Sr. Presidente:** Sras. Conselheiras, Srs. Conselheiros,
139gostaria neste momento, um minutinho antes de dar a posse, seguindo os dispositivos
140regimentais deste Conselho, de agradecer a dedicação de todos os Srs. Conselheiros
141ao longo desses dois anos e quatro meses que estivemos presidindo este Conselho,
142bem como registrar a participação dedicada nos trabalhos das Câmaras Técnicas e
143grupos de trabalho que assessoram as decisões do Plenário deste Conselho. Com toda
144certeza e, provavelmente, mais adiante nos daremos conta, com uma clareza bem
145maior, a possibilidade do tempo não permite que se tenha condições de fazer uma
146avaliação mais objetiva, mas daqui mais um pouquinho teremos com mais clareza o
147reconhecimento de importantes trabalhos e matérias discutidas, e decididas neste
148Conselho Estadual de Meio Ambiente. Não tenho nenhuma resistência em dizer isso
149com todas as letras, sobretudo, em um momento em que dada a articulação dos vários
150mecanismos que desenvolvidos ao longo do tempo, eles estão fazendo com que a
151questão ambiental hoje seja tratada não como um mero segmento, mas como uma base
152para uma revisão de como, ou resumindo, uma revisão do nosso modos vivente. Então,
153quero agradecer de todo coração a vocês, caros Conselheiros, caros Conselheiras, pela
154dedicação. Não é fácil, não é simples discutir essas questões, sobretudo, quando se
155evidenciam elementos contraditórios, mais que contraditórios, conflitivos, mas que é
156exatamente nesse bojo que se encontram, que se chegam a alternativas. Mestres, muito
157obrigado, e o que quero dizer é que o que se conseguiu até aqui é parte de todos, não é
158mérito de ninguém, é parte e mérito de todos e de ninguém em particular. Esse trabalho
159coletivo vai sim deixar seus frutos. E neste momento, então, seguindo e considerados
160cumpridos todos os trâmites regimentais que regulam o funcionamento deste Conselho
161Estadual de Meio Ambiente, declaro empossado como Presidente do Conselho Estadual
162de Meio Ambiente Valtemir Goldmeier, para quem eu passo o comando da reunião. Nós
163vamos desfazer a Mesa, e chamo para compor a Mesa, a fim de ajudar na execução
164dos trabalhos, o Mauro Gomes de Moura para secretariar aqui, e a Presidenta do
165CONDIMMA, a Marisa, para também assessorar o Presidente. **Sra. Kathia Maria**
166**Vasconcellos Monteiro:** Em nome das ONGs, hoje estamos em três: Amigos da Terra,
167AGAPAN e CEA, mas em nome da APEDEMA, do nosso coletivo, queremos agradecer
168a dedicação do Presidente que hoje se despede, o Cláudio Dilda, que sempre imprimiu
169um caráter muito democrático, muito conciliador no CONSEMA. Principalmente,
170queremos agradecer porque entendemos que não é uma tarefa fácil. Queremos mais
171uma vez externar o nosso reconhecimento ao trabalho da Rosaura, que foi responsável
172pela Secretaria Executiva e por suas colaboradoras, porque, realmente, esse trabalho
173administrativo dá uma base muito forte e condições para que o CONSEMA possa
174trabalhar como sempre trabalhou. E para o nosso novo Presidente, claro, o novo sempre
175assusta e coloca receios, e interrogações, mas, também, já conhecemos o Valtemir há
176muito tempo. Sabemos que se inicia um novo ciclo no CONSEMA, e também
177acreditamos que esse espírito de democracia e de respeito com todas as partes que se
178fazem membros do CONSEMA, vai permanecer. Então, desejamos sucesso ao
179Valtemir, colocando as ONGs ambientalistas do CONSEMA e as outras Entidades,
180membros da APEDEMA à disposição do Presidente para o que pudermos auxiliar.

181Obrigada. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Também, Presidente Dilda e Valtemir, em nome
182da Presidência da FARSUL, agradeço a autorização do nosso Vice-Presidente, Dr.
183Armando. Agradeço também, Dilda, ao trabalho dedicado da tua pessoa, Presidente da
184FEPAM, Presidente do Conselho, conhecendo-te sei do desgaste que tiveste nesse
185período. Agradecemos por tudo que conseguimos evoluir e fazer nesses dois anos em
186conjunto. E ao Valtemir, fica difícil para eu olhar vocês dois aqui e me lembrar das
187reuniões aqui em cima, eu era Secretário do Município de Guaíba, o Dilda comigo no
188CONDIMMA e o Valtemir na Agropecuária. Parece que estamos voltando a Casa, mas
189foi a tempos atrás. Valtemir, pode ter certeza que a FARSUL acolheu a tua reivindicação
190e vai apoiar naquilo que for possível no bom trabalho que tu possas desenvolver na
191Presidência do CONSEMA. Obrigado. **Sr. Presidente:** Peço ao Mauro e a Marisa que
192ocupam seus lugares, a Rosângela e eu desocupamos. Valtemir, vá firme, o processo
193está em andamento. **Sr. Presidente (Sr. Valtemir Goldmeier):** Inicialmente, em nome
194da FAMURS, gostaria de agradecer a presença de todos e colocar que a FAMURS ao
195assumir esse cargo de Presidente do Conselho é necessário que se coloquem algumas
196coisas: a primeira é que esta Casa, a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul,
197é necessariamente uma casa dos municípios. Portanto, se nós existimos somos,
198efetivamente, quem representa os municípios do Rio Grande do Sul em todas as
199instâncias neste Estado. E dentro da FAMURS esse trabalho do meio ambiente não é de
200hoje, começou lá em 92, 93, com o Prefeito Gil Almeida, passou por vários prefeitos,
201poderíamos citar todos; por exemplo: o Prefeito Paulo, de Mariana Pimentel, que foi
202duas vezes Presidente desta Casa, auxiliou-me; o Prefeito Petry de agora e o Prefeito
203de Tapejara, que foi o Prefeito da gestão anterior. E todos sempre entenderam que não
204haveria a possibilidade de implementar uma área ambiental da FAMURS da forma como
205nós da área ambiental, às vezes, queremos, mas sempre apoiaram e sempre permitiram
206que se desse um passo a mais. E chegar à Presidência do CONSEMA é mais um
207desses passos a mais. É necessário também, Conselheiros, Conselheiras e todos
208presentes, agradecer em especial a algumas pessoas que foram parte desse processo,
209que são as pessoas aqui da FAMURS que ajudaram a instituir o CONDIMMA, o
210Conselho dos Dirigentes Municipais de Meio Ambiente. Conselho esse que foi criado e
211instituído antes do próprio CONSEMA. Eu sempre digo que o nosso Conselho, o
212Conselho de Dirigentes Municipais contribuiu em muito para que em 94 tivéssemos a
213aprovação da Lei n.º 10.330, que instituiu o Sistema Estadual de Proteção Ambiental, do
214qual faz parte o Conselho. E nesse bojo é necessário agradecer ao Jacson Müller, que
215foi um grande colaborador desta Casa, é necessário agradecer a Leila e a Arita, que
216foram servidoras desta Casa e responsáveis pela área ambiental durante muitos anos. É
217necessário lembrarmos do Eugênio Spengler, que hoje está no Ministério do Meio
218Ambiente, e que também foi colaborador desta Casa, de outros que não estão mais na
219área ambiental, como é o caso da Profª. Glória, de Guaíba, que muito contribuiu; dos ex-
220Presidentes do CONDIMMA, e aí eu me refiro a eles lembrando do Ernesto Garcia, aqui
221presente, ex-Presidente do CONDIMMA, e do próprio Dilda, que em muito contribuiu,
222porque também foi dirigente municipal e aqui trabalhava na área ambiental. Tivemos
223também um outro coordenador que muito contribuiu, que foi o Miberê, que hoje sei que
224está na Secretaria de Agricultura do Estado. Gostaria de também fazer um

225agradecimento pessoal aos meus amigos de Triunfo, em especial ao ex-Prefeito Bento,
226que foi Prefeito de Triunfo, e muitas vezes pude-me ausentar do município para
227participar de reuniões da FAMURS nessa área ambiental e que acabaram gerando todo
228esse contexto. Nesse contexto, como o Colega da FARSUL colocou, sou obrigado e
229tenho imenso reconhecimento pelo Prefeito de Triunfo, Francisco Schardong, que, na
230verdade, esse trabalho com a FAMURS se iniciou na gestão dele como Prefeito de
231Triunfo, e foi vice-Presidente desta Casa. Gostaria de agradecer e dividir um pouquinho
232com a família este momento, porque, na verdade, muitas vezes a gente não está em
233casa na hora que deveria estar porque alguma reunião atrasou, ou algum evento ficou
234para mais tarde e é sempre a família. Então, gostaria de dividir com vocês e agradecer a
235minha esposa, a Shirlei, agradecer a minhas filhas, a Vitória e a Luiza, que muitas vezes
236chego mais tarde em casa porque em algum lugar tive que estar. Então, gostaria de
237dividir isso com vocês e, na verdade, é compartilhar este momento. Quanto ao nosso
238Conselho gostaria de colocar que pretendo, na verdade, é dar continuidade a um
239trabalho. Não acredito em mudanças radicais, as mudanças radicais têm seus
240momentos, mas no nosso País esse momento da radicalidade está deixando de ser o
241foco, nós temos é que saber dar continuidade aos trabalhos. Um dia estar totalmente a
242sul, outro dia totalmente a norte está mostrando para toda a sociedade brasileira, e em
243especial à sociedade gaúcha, que isso não leva a nada. Portanto, pretendo dar uma
244continuidade ao trabalho do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Claro, entendo ser
245possível avançar em alguns aspectos. Pretendo, juntamente com os nossos
246Conselheiros, revisar e propor alterações da Lei n.º 10.330, que é um consenso dentro
247Conselho. Gostaríamos também, se possível, com o aval do Conselho, intervir no
248processo de gestão em relação a algumas áreas, principalmente na área de resíduos
249sólidos. Entendemos que esta gestão de resíduos que estamos tendo no Estado do Rio
250Grande do Sul, com um aterro sanitário, praticamente, em cada município está-se
251mostrando ineficaz. É muito caro para a nossa sociedade e, na verdade, cada dia que
252passa nós geramos mais resíduos e mais coisas as pessoas colocam nas suas calçadas
253pela manhã, ou à noite, para que a Prefeitura dê um jeito e resolva aquilo. Eu acho que
254toda a sociedade tem que buscar alternativas, e eu acho que como o Conselho é,
255efetivamente, o braço da nossa sociedade em relação às questões ambientais esse
256assunto cabe ser discutido. Cabe pensarmos em gerar e gestar aterros sanitários
257consorciados, cabe pensarmos consórcios, que já existem alguns e são excelentes os
258seus exemplos. Mais uma vez cabe colocar que onde isso frutificou foi graças às ações
259dos nossos prefeitos dos nossos municípios. Gostaríamos, também, se possível, na
260atuação dentro do Conselho trabalharmos alguma coisa em relação ao saneamento,
261mas sempre tendo a visão de que a solução não é dizer que o saneamento é
262responsabilidade do prefeito municipal e ele que se vire. É necessário que se entenda
263que naqueles municípios onde temos concessões, tanto para empresas públicas, quanto
264para empresas privadas, é necessário sentar e conversar. A forma como saneamento é
265tratado no Brasil, a forma como tratamos e cobramos a água não há como instituímos
266um sistema diferente para o esgoto, essas coisas andam associadas. Em muitos
267municípios, lamentavelmente, foi obtida a concessão tão-somente da água, sobrando o
268ônus do esgoto para o município. Portanto, entendemos que o nosso Conselho tem

269como contribuir nesses aspectos, lembrando também que agora, recentemente, nós
270temos uma lei estadual da política de saneamento e temos mais um fundo, o Fundo
271Estadual do Saneamento. Torcemos para que se aportem os recursos necessários
272nesse novo fundo para que se possam implementar as obras que a nossa população
273exige, deixando clara a informação de que nós, os municípios, temos a certeza que o
274custo social que hoje é alto em relação à falta de saneamento, o custo de implantação
275das obras também é muito alto. Gostaríamos também, e é necessário que se faça, e os
276últimos acontecimentos, deixar isso de uma maneira clara para toda a sociedade: é
277necessário instituímos um programa de mata ciliar com o envolvimento dos municípios.
278As nossas secas, os últimos momentos que tivemos aí, provaram que com muito menos
279dias sem chuva geram resultados e secas maiores. Por quê? Porque a água não está
280mais sendo retida e está simplesmente desaparecendo. Então, é necessário um trabalho
281nesse sentido e entendemos que envolvendo o Conselho e os municípios é possível
282colher-se um resultado. Gostaríamos também de tocar em mais dois assuntos
283fundamentais para este Conselho, que é o Fundo Estadual do Meio Ambiente que existe
284no papel, mas que, infelizmente, ainda não conseguimos transformá-lo em um agente
285que possa, além de financiar o próprio Conselho, financiar ações na área ambiental. E
286nesse sentido também temos uma taxa federal, que é a taxa da TCFA, conhecida por
287alguns, que foi votada pelos nossos nobres Deputados Federais, em 27-12 de um
288desses últimos anos, resultado de uma medida provisória, e esses recursos da TCFA
289estão sendo recolhidos desde 2003, mas os estados e municípios não têm recebido os
290respectivos valores. Então, entendemos ser necessária uma intervenção, e o Conselho
291pode auxiliar o Estado nisso, de buscar junto à União que esses recursos, efetivamente,
292cheguem aos estados e aos municípios. Em nível de dados tem-se que até o final de
2932004 os valores retidos da TCFA seriam em torno de 13 milhões de reais, o Rio Grande
294do Sul teria direito, aproximadamente, a 8% disso. Seria um belo recurso para
295colocarmos em ações ambientais. Então, gostaria de terminar cumprimentando também
296 Secretário de Meio Ambiente de Porto Alegre, o meu amigo Beto Moesch, aqui
297presente, Dirigente Municipal. Esta Casa também é sua, Beto, sempre és convidado. E
298cumprimentar a Marisa, a nossa Presidenta atual do CONDIMMA, Conselho dos
299Dirigentes Municipais do Meio Ambiente. E que, na verdade, o CONDIMMA, esse nosso
300Conselho reuni-se, as associações de municípios indicam um secretário de cada região
301e nós fazemos alguns encontros. E nesse sentido gostaríamos de colocar que no dia 19,
302próxima terça-feira, nós aqui na FAMURS estaremos promovendo um curso de
303atualização sobre legislação e introdução ao meio ambiente, e que todos estão
304convidados. Infelizmente, possuímos tão-somente este auditório e há uma limitação de
305espaço. Em função disso as pessoas interessadas terão que, necessariamente, entrar
306na página da FAMURS, no www.famurs.com.br, encontrarem lá o item *meio ambiente* e
307se inscreverem. Nós temos um número limitado de inscrições. Então, inicialmente era
308isso, gostaria de também colocar que esta Casa, a FAMURS, a Casa dos municípios e
309dos nossos prefeitos, está em fase final de implantação de uma sala verde do Ministério
310do Meio Ambiente. E nessa ação conseguimos para o Rio Grande do Sul 26 salas
311verdes, uma aqui para a FAMURS. É uma sala onde todas as publicações que o
312Ministério do Meio ambiente faz e as que já fez, e mais, material de educação ambiental,

313material de vídeo que o Ministério produz, de todo esse material será repassado uma
314cópia desse acervo para que nossa sala. Estará à disposição dos municípios e desde já
315do Conselho, e da nossa comunidade aqui de Porto Alegre, do nosso entorno aqui da
316FAMURS, porque nós, FAMURS, também somos um pequeno impacto ambiental para o
317nosso entorno. As pessoas que residem nesta área do Menino Deus têm sentido
318algumas influências, porque aqui se fazem inúmeros encontros, gera-se grande
319movimento de automóveis, problemas de estacionamento. Então, como forma de
320retribuir para a nossa comunidade local, também abriremos essa sala verde à
321disposição da comunidade. E as associações de municípios estão já se organizando e
322cada associação fará a sua sala verde em algum local do seu interesse. Serão, portanto,
323uma sala verde aqui na FAMURS e mais 25 salas verdes, uma em cada associação de
324municípios. E temos certeza que isso será um elemento a mais a promover educação
325ambiental, mas, acima de tudo, integração, porque a palavra agora, necessária entre
326todas as áreas, não é mais termos a área tal, é tentarmos integrarmos essas áreas. Não
327há como falar em educação ambiental sem termos ali, junto, a Secretaria da Saúde e a
328Secretaria de Educação. Naqueles municípios que se envolvem com turismo não há
329como falar em educação ambiental sem envolver a Secretaria de Turismo. Então,
330estamos implementando isso, é um trabalho do Prefeito Petri, aqui, à testa da
331Presidência da FAMURS, inclusive, a Ministra de Meio Ambiente encaminhou um
332expediente hoje para nós, que em função dos problemas de saúde dela não poderia
333estar aqui, mas pretendemos fazer um evento com a presença dela para inaugurarmos a
334nossa sala verde e lançarmos o programa dessas 25 salas verdes que serão no Estado.
335Para finalizar gostaria de lembrar a presença do Prefeito Roseveld, de Não-Me-Toque,
336um desses prefeitos que muito nos auxiliou e muito nos ajudou nessa área ambiental. E
337colocar que a Casa, a FAMURS, sempre estará à disposição de todos. E, na verdade,
338nós aqui, não temos uma identidade política partidária, esta aqui é, efetivamente, a Casa
339dos prefeitos, e de uma forma geral podemos dizer que é a Casa de todos os cidadãos
340do Estado, porque sabemos que de todos os cargos que um ser humano pode pensar
341em conquistar na vida, certamente, o cargo de prefeito é o mais importante, porque é no
342município que o cidadão nasce, que o cidadão cresce, desenvolve-se, faz as suas
343reivindicações e por lá, de uma forma ou de outra, permanece. Então, muito obrigado
344pelo apoio de todos e espero conseguir desenvolver um trabalho tanto bom quanto o
345trabalho que o Presidente Dilda desenvolveu. Sei que ele não está mais presente, mas
346será muito difícil conseguir desenvolver as ações que o Dilda desenvolveu, porque foi
347um trabalho maravilhoso, acima de tudo dedicado, muitas vezes enfrentando problemas
348internos de Governo, que sabemos que existem, mas sempre colocando acima de tudo
349a variável ambiental. Por isso tenho certeza que a história reconhecerá esse trabalho
350feito. Muito obrigado a todos e em seguida vou passar a palavra ao Mauro para iniciar a
351nossa reunião, porque vou ter que atender o pessoal da imprensa, conforme foi
352combinado e pedido. Em seguida retornaremos e continuaremos a reunião. **2.**
353**Comunicações. Sr. Mauro Gomes de Moura:** Boa-tarde a todos. Seguindo a Pauta da
354reunião, Comunicações: a FIERGS comunica a impossibilidade de comparecimento de
355sua representação nesta reunião, na oportunidade deseja pleno êxito ao novo
356Presidente do CONSEMA, bem como, agradece e parabeniza o Sr. Cláudio Dilda pelo

357trabalho e empenho de suas atividades envolvidas em seu período de gestão neste
358Conselho. Assina Paulo Miller, Coordenador do Conselho de Meio Ambiente da
359FIERGS. Ofício da Secretaria de Energia, Minas e Comunicação n.º 109/05: a Secretaria
360de Energia, Minas e Comunicação solicita a sua inclusão na composição da Câmara
361Técnica de Mineração, considerando a sua atuação no setor de biologia e mineração.
362Acredito que não seja necessário colocar para aprovação. Ofício SIGA/RS-SEMA n.º
363013/05: a Coordenação do SIGA/RS encaminha ao CONSEMA proposta de alteração da
364Resolução n.º 04/00, referente ao Processo n.º 1074.0500/05.5. Ofício da Câmara
365Técnica Permanente de Educação Ambiental n.º 23/05, que encaminha sugestões e
366contribuições ao texto da minuta do decreto do órgão gestor e da Comissão
367Interinstitucional de Educação Ambiental. Ofício da ALGA n.º 034/05: a Coordenação da
368ALGA justifica a impossibilidade de participar da reunião do CONSEMA devido ao fato
369da execução do programa de capacitação de professores e alunos em Uruguaiana. O
370referido evento é constituído por um ciclo de seminários reformadores, denominado
371*Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas*, uma parceria entre governos federais,
372estaduais, municipais, organizações não-governamentais e ambientalistas. Aproveita o
373ensejo para reiterar protestos de estima e consideração, parabenizando a FAMURS pela
374conquista à Presidência do CONSEMA. Assina Geraldo André Susin, Coordenador da
375ALGA. Ofício da Câmara Técnica Permanente de Controle e Qualidade Ambiental, que
376encaminha a minuta de resolução estabelecendo diretrizes para o licenciamento
377ambiental de empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Taquari Antas, que deverá ser
378encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Posteriormente chegaram essas
379correspondências à Secretaria Executiva, uma da Assembléia Legislativa do Estado do
380Rio Grande do Sul, da Comissão de Serviços Públicos, onde o Deputado Luiz Fernando
381Schmitt convida o Valtemir e os Srs. Conselheiros para audiência pública a realizar-se
382no dia 25-04, às 10h, na sala Dr. Maurício Cardoso, 4º andar – Assembléia Legislativa.
383Na oportunidade será debatido o tema *A Questão dos Parques e Áreas de Proteção*
384*Ambiental*, em especial o Parque do Itapuã, em Viamão. Ofício do Departamento de
385Fomentos aos Investimentos, a Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos
386Internacionais, comunica que a Conselheira Marta Dias está impossibilitada de
387comparecer a esta reunião ordinária do CONSEMA por estar participando de outro
388evento, em seu lugar irá a Eng.ª Jaqueline Barros Annes. Assina Cora Magerivisk,
389Diretora do DFI. Item 3 da Pauta: os Srs. Conselheiros têm as Atas em mãos, passo a
390palavra para os Srs. Conselheiros para que possam-se manifestar. **3. Aprovação das**
391**Atas da 29ª Reunião Extraordinária e 73ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Sr.**
392**Eberson Thimmig Silveira:** Em relação à Ata da última reunião ordinária do
393CONSEMA, como ganhei várias páginas aqui, em função da palestra que eu fiz, notei
394diversos e inúmeros erros de concordância. Sei que é difícil uma pessoa transcrever
395uma palestra que está sendo dada em cima de um *power point*, ainda não tendo
396orientação. Então, está complicada, há vários erros, não dá para enumerar. Então, não
397sei o que dá para fazer, se transito em julgado ou se pede um espaço, porque corrigir
398seria fazer a redação toda, tomaria um tempo enorme. Fica impossível ficar citando, há
399inúmeros erros. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Eu perguntaria ao Conselheiro, porque,
400na realidade, trata-se da sua palestra, se o senhor se proporia a pegar o meio eletrônico

401dessa Ata e fazer as correções necessárias para constar. Acho que os Conselheiros não
402teriam nada contra já que a palestra é sua. Seria possível? **Sr. Ebersson Thimmig**
403**Silveira:** Seria. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** A Secretaria Executiva lhe alcança o
404disquete, ou o meio eletrônico, enfim. Acho que não precisa voltar na outra reunião para
405discutir já que a palestra é sua, só faça as correções que o senhor achar necessário.
406Mais algum Conselheiro deseja-se manifestar. **Sra. Sônia Maria Moreira de Mello:** Só
407pedir para corrigir nas linhas 59 e 60, o nome da Secretaria foi utilizado por engano, a
408representante não é da Secretaria de Planejamento. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Na
409reunião ordinária ou extraordinária? **Sra. Sônia Maria Moreira de Mello:** Na ordinária.
410**Sr. Mauro Gomes de Moura:** Mais algum Conselheiro? Os Conselheiros que aprovam
411as duas Atas, com as correções que serão feitas pelo palestrante, por favor,
412manifestem-se com o cartão; os Conselheiros que não aprovam; os Conselheiros que se
413abstêm? **Aprovadas**, por unanimidade, as duas Atas com as correções propostas em
414Plenário. Vamos ao próximo item da Pauta. Pergunto se o Presidente da Câmara
415Técnica está presente? Pieper, poderias apresentar os três municípios? Pode. Será lido
416somente o parecer final, conforme foi combinado na penúltima reunião do Conselho. **4.**
417**Habilitação de Municípios para Licenciamento de Atividades de Impacto Local:**
418**Barracão, Nova Palma e Marau. Sr. Niro Afonso Pieper:** Parecer final, então, do
419Município de Barracão: *Com vista à habilitação para o licenciamento das atividades de*
420*impacto local, à luz do disposto da Resolução CONSEMA n.º 04/00 e Resolução*
421*CONSEMA n.º 011/00, considerando que os documentos apresentados, conforme*
422*análise efetuada pelos órgãos desta Secretaria, atendem às disposições legais e*
423*exigências técnicas previstas nas resoluções audidas, sugerimos o encaminhamento do*
424*processo do Município de Barracão para apreciação da Câmara Técnica de Gestão*
425*Compartilhada, considerando o encaminhamento à Plenária do CONSEMA. E assim foi*
426*procedido pela Câmara Técnica. Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada*
427*Estado e Município: Ao cumprimentar Vossa Senhoria cordialmente, tomo a*
428*oportunidade de encaminhar para parecer desta Câmara Técnica Permanente de*
429*Gestão Compartilhada Estado e Município sobre o pedido de habilitação do Município*
430*de Barracão para exercício do licenciamento ambiental das atividades de impacto local,*
431*de acordo com a Resolução CONSEMA n.º 04/00 e Resolução CONSEMA n.º 011/00. O*
432*pedido teve o seguinte encaminhamento: A documentação enviada pelo Município de*
433*Barracão foi analisada pela Comissão de Municipalização e pela Assessoria Jurídica da*
434*SEMA, em 17-03-05, após julgar todos os requisitos técnicos e legais satisfeitos, a*
435*Comissão de Municipalização apresentou relatório e parecer a esta Câmara Técnica do*
436*CONSEMA, recomendando a homologação do pedido de habilitação. Em 17-03-05, na*
437*59ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica, o pedido foi examinado e submetido à*
438*votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Face ao exposto encaminho esta citada*
439*documentação, anexa com o parecer favorável à habilitação do Município de Barracão,*
440*para exercício do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, de acordo*
441*com a Resolução CONSEMA n.º 04/00 e Resolução CONSEMA n.º 011/00. É o parecer,*
442*em 17-03-05, Luiz Antônio Borges Germano da Silva – Presidente da Câmara Técnica.*
443**Sr. Presidente,** então, relativamente ao Município de Marau: *Ao cumprimentar Vossa*
444*Senhoria cordialmente, tomo a oportunidade de encaminhar o parecer desta Câmara*

445Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado e Município sobre o pedido de
446habilitação do Município de Marau para o exercício do licenciamento ambiental das
447atividades de impacto local, de acordo com a Resolução CONSEMA n.º 04/00 e
448Resolução CONSEMA n.º 011/00. O pedido teve o seguinte encaminhamento: A
449documentação enviada pelo Município de Marau foi analisada pela Comissão de
450Municipalização e pela Assessoria Jurídica da SEMA. Em 17-03-05, após julgar todos
451os requisitos técnicos e legais satisfeitos, a Comissão de Municipalização apresentou
452relatório e parecer a esta Câmara Técnica do CONSEMA, recomendando a
453homologação do pedido de habilitação. Em 17-03-05, na 59ª Reunião Ordinária da
454Câmara Técnica, o pedido foi examinado e submetido à votação, tendo sido aprovado
455por unanimidade. Face ao exposto encaminho esta citada documentação, anexa com o
456parecer favorável à habilitação do Município de Marau, para exercício do licenciamento
457ambiental das atividades de impacto local, de acordo com a Resolução CONSEMA n.º
45804/00 e Resolução CONSEMA n.º 011/00. É o parecer, em 17-03-05, Luiz Antônio
459Borges Germano da Silva – Presidente da Câmara Técnica. Sr. Presidente, gostaria de
460abrir um parênteses e anunciar que temos a presença de representantes do Município
461de Marau. Pergunto se há de Barracão também? Barracão e Marau. Está presente uma
462equipe que conhecemos quando estivemos no município, que também estiveram
463conosco há poucos dias, no curso de capacitação de técnicos, e que a Coordenadora do
464Meio ambiente do Município de Marau, Salete Mastella, aqui presente, brindou-nos com
465a sua presença e com a sua participação. Relativamente ao Município de Nova Palma:
466Ao cumprimentar Vossa Senhoria cordialmente, tomo a oportunidade para encaminhar o
467parecer desta Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado e
468Município, sobre o pedido de habilitação do Município de Nova Palma para o exercício
469do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, de acordo com a Resolução
470CONSEMA n.º 04/00 e Resolução CONSEMA n.º 011/00. O pedido teve o seguinte
471encaminhamento: A documentação enviada pelo Município de Nova Palma foi analisada
472pela Comissão de Municipalização e pela Assessoria Jurídica da SEMA. Em 17-03-05,
473após julgar todos os requisitos técnicos e legais satisfeitos, a Comissão de
474Municipalização apresentou relatório e parecer a esta Câmara Técnica do CONSEMA,
475recomendando a homologação do pedido de habilitação. Em 17-03-05, na 59ª Reunião
476Ordinária da Câmara Técnica, o pedido foi examinado e submetido à votação, tendo
477sido aprovado por unanimidade. Face o exposto encaminho esta citada documentação,
478anexa com o parecer favorável à habilitação do Município de Nova Palma, para
479exercício do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, de acordo com a
480Resolução CONSEMA n.º 04/00 e Resolução CONSEMA n.º 011/00. É o parecer, em
48117-03-05, Luiz Antônio Borges Germano da Silva – Presidente da Câmara Técnica. **Sr.**
482**Mauro Gomes de Moura:** Agradeço ao Dr. Pieper, gostaria que o senhor aguardasse
483um pouco. A palavra está à disposição dos Srs. Conselheiros para o Item 4 da Pauta.
484**Sr. Sérgio Cardoso:** Boa-tarde. Só fiquei na dúvida no processo de Barracão, lá na
485penúltima folha há o seguinte: *O plano ambiental prevê a realização de consultas*
486*públicas.* A dúvida é a seguinte: foi feita a consulta pública conforme prevê a resolução?
487Por que esse item *prevê a realização da consulta pública* se, na realidade, a consulta
488pública já é uma normativa para se fazer o plano ambiental? Gostaria de um

489esclarecimento. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Srs. Conselheiros, Sr. Presidente, a consulta
490pública é realizada para a aprovação do plano ambiental e para as suas alterações.
491Então, na elaboração do plano ambiental está sendo exigida, e assim exige a Resolução
492n.º 04, no entendimento é exigido a consulta pública também para a sua alteração,
493assim como outros documentos que devem passar pelo Conselho este é um
494cumprimento que deve ser feito, uma consulta pública, a lei diz. **Sra. Edi Xavier**
495**Fonseca:** Em relação ao Município de Marau, não sei se há algum representante do
496Município de Marau aqui? Gostaria de uma explicação, então, ao CONSEMA, em
497relação à questão das podas radicais que foram feitas na cidade, nas árvores da cidade,
498na via urbana, que foi largamente divulgada na imprensa durante essa semana. Eu
499quero saber que tipo de procedimento o município adota para a questão das podas na
500área urbana, se aquilo vocês consideram como modelo, o que aconteceu? **Sra. Salete**
501**Mastella:** Eu acho que parece uma causalidade esporádica, em função que a pessoa
502responsável se encontrava de férias, aí houve dois temporais consecutivos na cidade,
503destruindo bastante as árvores, e a RGE estava com problemas para a retirada desses
504galhos, em função de que havia uma fiação elétrica enorme por cima. Então, os
505funcionários municipais foram auxiliar, por causalidade podaram um pouquinho mais do
506que o necessário. Foi apenas isso que aconteceu. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Sobre
507Marau ainda, gostaríamos só ouvir a representante da Prefeitura, os responsáveis pelo
508licenciamento, se estão atualizados os dados que coloca pelo licenciamento a Bióloga
509Patrícia Bonfante, e pela fiscalização a Taísa, e outros fiscais sanitários? Esse relatório
510que estamos aprovando hoje está atualizado? **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu gostaria de
511saber, então, porque a senhora não me respondeu, o que vai ser feito a partir de agora,
512ou qual vai ser o resultado dessa questão das podas? E outra questão que está explícita
513aqui no relatório da Comissão é que há um Projeto Pega Pilha, o piloto está na escola e
514atualmente acoletou na área central. Como a gente sabe que essa responsabilidade das
515pilhas são dos fabricantes, que os municípios não têm responsabilidade de colher e
516destino final, porque é um lixo de característica industrial, gostaria de saber o que vocês
517fazem com esse problema, já que é feito em caráter educativo, já que é feito na escola,
518onde vocês colocam esse resíduo? Que destino final o município dá para esse resíduo,
519já que não é responsabilidade dele, mas ele assumiu? **Sra. Salete Mastella:** Quanto ao
520licenciamento eu estou no lugar da Patrícia, ela largou há pouco tempo, e a nova
521licenciadora é a Denize, mas esses documentos já estavam no final da aprovação.
522Então, se assim entenderem, volta retificando esse nome. A Patrícia se ausentou em
523função de fazer mestrado e estamos substituindo-a agora. A questão do Pega Pilha,
524como estou começando agora não sei te dizer os detalhes, mas o Conselho Municipal
525de Meio Ambiente está levantando a questão para se fazer uma campanha, recolher e
526dar um destino certo a isso. Pode ser que agora, na reunião do mês de maio, eles já
527tenham alguma coisa nessa questão, retirar essas pilhas que estão nos Pega Pilha e dar
528um destino certo a elas. E a questão do licenciamento das podas, é sempre feito na
529coordenadoria, esse foi o de emergência. E acho que serviu até de lição, que a gente
530não deixe que isso aconteça, só com funcionários, a não ser por uma pessoa que esteja
531habilitada. **Sr. Presidente:** Edí, só gostaria de complementar em relação ao assunto das
532pilhas. Na verdade, o assunto pilhas parte é oriundo desta Casa, da FAMURS, fomos

533nós que criamos esse tal programa. Na verdade, já nos arrependemos algumas vezes
534de termos incentivado os municípios a fazerem isso. Vários municípios fizeram e hoje
535estão com essas pilhas estocadas nas suas Secretarias de Obras, grande maioria, e
536não há o que fazer. Eu sempre brinco, nós tivemos uma reunião e as pessoas disseram:
537*olha, vocês só faltaram dizer para nós que era para pegar aquelas pilhas e enfiar*
538*naquele lugar*; e a gente até brincava, o Jacson usava esse termo: *ainda bem que*
539*fizemos o Mete Pilha e não fizemos o lâmpada fluorescente*. Lamentavelmente, esse
540problema das pilhas, os municípios que por um acaso fizeram o programa estamos
541orientando a pegarem essas pilhas, colocarem em bombonas e guardarem na
542Secretaria de Obras, porque não há o que fazer. Infelizmente, não há o que fazer,
543porque jogar no aterro sanitário, isso sim seria um crime, mas só que a legislação
544permitiria fazer isso. Se nós vamos seguir a resolução do CONAMA é jogar no aterro
545sanitário e deu para bola, só que nós, municípios, estamos orientando, e em Novo
546Hamburgo, se não me engano, há 11 toneladas, não é? A Secretária Municipal de Novo
547Hamburgo está aqui presente, há 11 toneladas de pilhas armazenadas. Em Lajeado
548também há uma quantidade bastante grande. Eu até tenho a relação aqui, porque há
549uma investigação do Ministério Público Federal, só que a gente fica entre a cruz e a
550espada, porque o munícipe hoje, nesses municípios que há o programa, a pessoa
551quando vai na Prefeitura leva uma sacolinha com pilhas. Então, o que tu vais fazer?
552Pergunto: exterminamos o programa, muito bem, só que vamos jogar no aterro
553sanitário? Então, de todos os males o menor é o que o município está fazendo, é colocar
554uma bombona na entrada da Prefeitura e ali são depositadas as pilhas, mas, realmente,
555concordo que de uma forma geral estamos cometendo uma ilegalidade, só que de outro
556lado acho que é um grande exemplo que os municípios estão dando. E quanto às
557árvores que foram cortadas, que desconheço o assunto, só gostaria de perguntar: são
558nativas ou exóticas? **Sra. Salete Mastella:** São exóticas. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só
559colocar que na Resolução CONAMA, acho que é a 287, que trata sobre a questão das
560pilhas. **Sr. Presidente:** É a 357. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Não, são duas resoluções
561nesse caso, nesse mesmo tema. Ela versa sobre o seguinte, Valtemir, que o produtor
562deve recolher esse material e o produtor não é o município. Então, o município está
563cometendo uma irregularidade, tanto as pessoas colocarem no aterro sanitário, ou não
564deixar que seja devolvido para o fabricante também. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só fiquei na
565dúvida, também, na questão do Município do Barracão, é que me passou, na
566composição do Conselho achei muito engraçado no sentido que Parque Florestal de
567Espigão Alto. Bom, eu não conheço o município, não sei se esse parque é municipal, se
568é estadual. Quer dizer, quem representa? É o Governo do município ou o Governo do
569Estado? Então, aqui, na verdade, contabiliza-se uma vaga de Governo. Então, gostaria
570que a Comissão também tenha um pouco mais de cuidado nessa questão, porque o
571parque por si só não vai fazer parte Conselho, quem vai fazer parte do Conselho é o
572representante de algum órgão que gerencia o parque. **Sr. Antônio Carlos Porciúncula**
573**Soler:** Sr. Presidente, Srs. Conselheiros e Sras. Conselheiras, saindo um pouquinho da
574Pauta, talvez não seja bem o momento para falar sobre isso, mas só queria registrar, já
575que foi levantada a questão das pilhas, talvez nos Assuntos Gerais a gente possa
576pensar em uma moção dirigida aos fabricantes para que eles sentem junto com os

577 municípios, junto com este Conselho, ou com o órgão ambiental do Estado, no sentido
578 de buscar uma solução para essa questão. Assim como existe a resolução do
579 CONSEMA que regulamenta essa situação, possibilitando a prática de que todas as
580 pilhas possam ser destinadas ao aterro sanitário, porque todas, individualmente, têm
581 uma porcentagem menor dos componentes que podem, então, permitir esse depósito no
582 aterro sanitário, poderíamos pensar aqui no Conselho, nos Assuntos Gerais, uma
583 moção, ou até dar início a uma discussão sobre uma resolução para tentar resolver esse
584 problema. Eu concordo com o Valtemir, dos males é o menor, mas vamos ter que
585 buscar uma solução para isso, senão, daqui a pouco, vai acabar parando no aterro
586 sanitário mesmo. É só um registro para já, quem sabe nos Assuntos Gerais, Sr.
587 Presidente, tratarmos dessa questão. Obrigado. **Sr. Presidente:** Quem sabe a gente
588 trata esse assunto, então, nos assuntos Gerais, só lembrando que o Município de Dois
589 Irmãos impetrou uma ação contra as empresas e obteve o êxito, obteve a liminar. O
590 assunto está *sub judice*, em princípio não se tem uma posição. O grande problema é
591 que nós Conselho Estadual não temos ingerência porque não há fábrica de pilhas aqui,
592 esse é o grande problema, aí a regra tem que ser nacional. Da outra vez que fizemos
593 todo esse movimento, reunimos um caminhão de pilhas, foi o pessoal da FEPAM junto,
594 deu um confusão, foi uma promotora junto, deu um trabalho, de chamar atenção foi
595 magnífico, só que resultado não. O que aconteceu? Aquela empresa recebeu as pilhas,
596 mas por um acaso nós acompanhamos, ele atravessou Mampituba e jogou no primeiro
597 local que podia jogar depois do Mampituba. Então, quem sabe nos Assuntos Gerais a
598 gente toca nesse assunto para avançarmos no ponto de Pauta. **Sr. Mauro Gomes de**
599 **Moura:** Continuando, por determinação do Sr. Presidente, o Item 4: Habilitação dos
600 Municípios de Barracão, Nova Palma e Marau. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Gostaria de
601 esclarecer ao Soler que existe a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos do CONSEMA,
602 no qual a AGAPAN faz parte, e existe um GT que está estudando sobre pilhas, baterias
603 e lâmpadas fluorescentes, na qual a AGAPAN é Coordenadora desse GT. Estamos
604 fazendo esse trabalho há dois anos, mas estamos aguardando uma determinação do
605 CONAMA, que também existe um grupo de trabalho no CONAMA, que está discutindo
606 esse assunto para fazer uma definição da lei estadual, enfim, posteriormente, uma
607 resolução deste Conselho. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Por favor, os Conselheiros
608 que desejam-se manifestar sobre o Item 4 da Pauta: Habilitação dos Municípios de
609 Barracão, Nova Palma e Marau. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Acho importante, a colega
610 de Marau levantou que não é mais a pessoa que está elencada no relatório, e a data do
611 relatório é 17-03, a menos de um mês. Então, quero fazer um destaque aqui para que os
612 relatórios quando chegarem aos Conselheiros estejam extremamente atualizados, sob
613 pena de não aprovarmos os municípios que estão procurando sua gestão ambiental,
614 que esses dados já estejam devassados. Então, quero fazer um destaque para a
615 atualização dos relatórios constituídos para os Conselheiros. Associado a isso a gente
616 sabe que houve mudança de prefeituras e está preconizada a resolução que habilita os
617 municípios, apresentação em meio *on-line*, dos licenciamentos efetivados no mínimo em
618 um período de um ano. Então, de antemão, Sr. Presidente, já coloco a necessidade de
619 apresentação para este Plenário sobre os licenciamentos ambientais que estão sendo
620 desenvolvidos nos municípios. Até porque temos aqui em apreciação uma nova tabela

621para ser discutida. Então, essa questão no meu ponto de vista é extremamente
622importante para o processo na gestão municipal. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só gostaria de
623aproveitar a oportunidade nesse item de Pauta e pedir ao Presidente para que na
624próxima reunião nos providencie a quantidade de processos que estão hoje dentro da
625FEPAM, os municípios que já pediram a sua habilitação, de todos os municípios que
626temos hoje quais são os municípios que encaminharam. Gostaria que na próxima
627reunião isso fosse um documento oficiado à Presidência. **Sr. Antônio Carlos**
628**Porciúncula Soler:** Aproveitando essa manifestação da representação da FEPAM,
629queria recordar que no último debate que tivemos na reunião ordinária do Plenário, e
630aproveitando que agora a Presidência está com o Valtemir, que representa o segmento
631dos municípios do Rio Grande do Sul, lembrar que nós tínhamos, justamente para evitar
632essas possíveis informações incompletas, ou contraditórias, que nós tínhamos sugerido
633que os municípios viessem, quando fôssemos avaliar essas questões, preparados para
634falar sobre o seu município, sobre o seu processo de gestão ambiental. E nós, na
635realidade, não encaminhamos isso, de novo estamos aqui discutindo habilitação e
636continuamos ainda com essas questões a serem superadas. Entendo que esse tipo de
637empasse é negativo, tanto para os municípios que estão pleiteando o licenciamento,
638quanto para nós Conselheiros que temos essa atribuição e essa condição de fazer esse
639debate. Então, queria reforçar isso. E aproveitando que a Presidência está com a
640FAMURS, que a gente antes das próximas habilitações procure avançar ainda mais
641nesse processo de municipalização, que nós somos favoráveis, no sentido de que esse
642tipo de conflito que estamos verificando aqui, especialmente no que tange a dúvidas
643sobre os municípios, possa ser ainda mais esclarecido do que já o foi durante esse
644processo todo de municipalização. Eu acho que um mecanismo que podemos estudar é
645justamente esse, é garantir que os municípios presentes falem sobre a sua gestão
646ambiental. É permitir um tempo para eles para que a gente possa fazer uma conversa,
647até para evitar essas desatualizações e algumas imprecisões, que são aceitáveis nos
648processos administrativos. Então, eu queria, Sr. Presidente, contar com a sua
649sensibilidade, contar com a sua capacidade para que a gente avance ainda mais nesse
650processo, que para os próximos momentos a gente analise essa proposta que está
651sendo feita. Também, uma outra de cunho geral, que não vejo, não tenho visto aqui dos
652municípios, os Conselhos Municipais que estão sendo enviados para apoiar a gestão
653ambiental dos municípios, a participação da SEMA e da FEPAM nesses Conselhos. A
654gente sabe que a SEMA e que a FEPAM têm várias regionais espalhadas pelo Rio
655Grande do Sul, ou algumas regionais espalhadas pelo Rio Grande do Sul, têm alguns
656escritórios. Então, era o caso da gente também sentar: FAMURS, FEPAM, SEMA e
657CONSEMA, e verificar quais são os municípios onde a FEPAM e a SEMA podem
658acompanhar esses Conselhos. Isso aproximaria ainda mais a gestão do Estado e do
659município, aprofundaria o compartilhamento dessa gestão, acho que a tornaria mais
660eficiente e também acompanharia todo o processo de licenciamento dos municípios,
661facilitaria o aperfeiçoamento. Então, acho que esse é um outro item que poderíamos
662trabalhar, mas que a gente, realmente, pautasse isso nesse debate do processo de
663aperfeiçoamento da gestão ambiental e do compartilhamento da gestão ambiental
664Estado e município, para que a gente não repita essas situações que nos constroem,

665alguns municípios até podem passar por alguns constrangimentos indesejáveis. E para
666finalizar, Sr. Presidente, gostaria que o Município de Marau apresentasse alguma
667alternativa para esse fato de corte eventual e desnecessário da arborização urbana,
668para que a gente não trabalhe só com o passivo, mas que a gente também trabalhe com
669ações efetivas em casos como esse. Muito obrigado. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** A
670primeira parte que o Soler falou, a respeito do acompanhamento do processo de
671municipalização do licenciamento ambiental. O que eu entendi, foi pedido que o
672CONSEMA pudesse acompanhar esse processo, debate dentro do CONSEMA. Não
673entendo assim, nós temos uma Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilha
674aqui que faz parte do CONSEMA, ela é representante. Eu acho que se a Entidade quer
675discutir com maior detalhe isso que peça, então, para ser incluída dentro dessa Câmara
676Técnica. Se nós vamos a cada assunto, a cada município que pedir licenciamento
677ambiental, ou qual resolução que vamos discutir neste Conselho, vamos passar passo a
678passo a discutir no Conselho, então, vamos extinguir as Câmaras Técnicas e vamos
679trabalhar dentro do CONSEMA. Eu acho que não, é uma das Câmaras Técnicas
680criadas, é justamente para dar esse suporte ao CONSEMA. Eu entendo que é uma
681forma de agilização desse processo. Não sei se foi isso que ele quis colocar, mas
682entendo assim. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Obrigado, Srs. Conselheiros. Se
683necessário acho que esse assunto poderia voltar em Assuntos Gerais. Nós estamos
684discutindo a habilitação desses três municípios neste momento. Não sei se o Sr.
685Presidente concorda? **Sr. Presidente:** Concordo. Podemos votar. **Sr. Mauro Gomes de**
686**Moura:** Algum Conselheiro deseja-se manifestar sobre a habilitação de Barracão, Nova
687Palma e Marau? Em votação, votando em bloco, votando município por município: os
688Conselheiros que não aprovam a habilitação de Barracão levantem o cartão; os que se
689abstêm. **Aprovada,** Barracão, por unanimidade. Os Conselheiros que não aprovam a
690habilitação do Município de Nova Palma, por favor, levantem o cartão; os que se
691abstêm. **Aprovada,** Nova Palma, por unanimidade. Os Conselheiros que não aprovam a
692habilitação do Município de Marau, por favor, levantem o cartão: um Conselheiro; os que
693se abstêm: dois Conselheiros. **Aprovada,** então, por maioria, a habilitação de Marau.
694Passo a palavra ao Sr. Presidente. **Sr. Presidente:** Desde já parabenizar, então, os
695municípios habilitados, em especial ao pessoal de Marau presente. De Barracão há
696alguém? Parabéns, então. De Nova Palma alguém? Então, mais três municípios, agora
697são 100 municípios do Estado do Rio Grande do Sul habilitados, já passamos em bom
698número de 50% da população do Estado. E segundo o que me informa o SIGA, e que na
699próxima reunião, conforme solicitação do Conselheiro Clebes, vai trazer um relatório
700disso, existem 62 pedidos em tramitação na SEMA, na Comissão de Municipalização:
701três na Câmara Técnica e mais 62, então, são 65 processos em tramitação. Segundo o
702que foi deliberado, acho que teríamos que colocar que este Conselho, conforme
703solicitação do Soler, do CEA, em relação ao Município de Marau, foi solicitado que fosse
704apresentada uma compensação em relação ao dano causado por essa poda efetuada
705de uma forma drástica. Então, vou ser obrigado a colocar em votação, quem tem
706alguma coisa em contrário do município efetuar um relatório e apresentar a este
707Conselho, dando-se um prazo de quê? De 90 dias? Acho que não há nenhum
708Conselheiro em contrário. Então, a gente deixa desde já estabelecido isso. E o

709 município, então, dirige-se, na verdade, à Secretaria Executiva do Conselho, que, na
710 verdade, é um pedido nesse caso do Conselho, deliberado na Plenária do Conselho.
711 Então, só em função do que o Conselheiro colocou, não deixar passar essa situação.
712 Em relação a avançar na municipalização, que o Conselheiro do CEA colocou, entendo
713 que deveríamos pautar isso em uma reunião do Conselho para discutir. Hoje o
714 município, na verdade, para chegar nesse momento passa por uma pequena saga para
715 chegar até aqui, e ele passa pela Comissão de Municipalização, passa pela Câmara
716 Técnica e aí chega aqui, será que vamos ter mais alguma instância para esse processo
717 ser discutido? Então, vou sugerir ao Conselheiro que, de repente, trouxesse uma
718 contribuição para todo o Conselho de como isso poderia ser feito, qual seria a sugestão
719 de avançar nesse processo, para que a gente pudesse trabalhar, de repente, em cima
720 de um documento, Soler. Será que existe a possibilidade de se fazer isso? Eu poderia
721 deixar essa incumbência contigo? Não que vá ser um documento, mas para o processo
722 de início da discussão, porque muitas vezes se fala isso, mas vejo que o trabalho que o
723 SIGA está fazendo, que a Secretaria está fazendo, que a Câmara Técnica está fazendo
724 é um trabalho minucioso, não estão as coisas sendo feitas: *vamos aprovar de qualquer*
725 *jeito*; não é assim. Não significa que a gente não vá avançar, acho importante. Então,
726 Soler, posso deixar essa incumbência? **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Com
727 certeza. Somos companheiros, parceiros para aperfeiçoar esse processo. De imediato
728 só refaço a sugestão feita anteriormente, entendo que podemos avaliar na reunião da
729 Câmara Técnica, ou em outro momento, que seria oportuno que houvesse alguns
730 minutos para apresentação do município, da sua visão de gestão ambiental, ou até da
731 própria Câmara Técnica, ou até da FEPAM, do setor da FEPAM que gerencia isso. Eu
732 quero dizer, na verdade, que esse processo, não o processo é insuficiente, mas a forma
733 que ele chega até nós, os esclarecimentos que chegam até nós são insuficientes. Talvez
734 que esteja faltando é transformar toda essa saga que tu mencionas em um
735 esclarecimento melhor para o Plenário, na minha opinião, na minha opinião é isso que
736 está faltando. Por isso que eu imagino que se tivéssemos alguns minutos para que o
737 município falasse e nós pudéssemos trocar alguma idéia de uma forma propositiva, acho
738 que seria produtivo, mas podemos pensar em outros mecanismos, mas de pronto deixo
739 essa sugestão, que a gente pense em um espaço para que os municípios se
740 manifestem. **5. Apreciação da Minuta que dispõe sobre Programa Estadual de**
741 **Regulamentação de Atividades Irrigantes-PERÁI (Proc. 428.0567.050). Sr. Mauro**
742 **Gomes de Moura:** Obrigado, Soler. Item 5 da Pauta, eu pergunto se o Presidente da
743 Câmara Técnica de Agropecuária está presente? Não. Então, os senhores têm a minuta.
744 Essa resolução visa dar continuidade ao licenciamento proposto pela Resolução n.º
745 36/03. Foi apreciada na Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria, depois de
746 ouvidos os Comitês de Bacias Hidrográficas, foi à Câmara Jurídica, o Ministério Público
747 do Estado do Rio Grande do Sul propôs algumas modificações. A resolução voltou à
748 Câmara de Agropecuária para serem feitas as modificações solicitadas pelo Ministério
749 Público Estadual, basicamente o artigo 1º dessa resolução, e depois voltou à análise da
750 Câmara Jurídica. Acho que dá para colocar a palavra à disposição do Plenário com
751 relação a essa resolução. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Gostaria de colocar que esse tema
752 PERÁI foi solicitado para ser discutido na Câmara Técnica de Gestão das Águas deste

753 Conselho, em janeiro de 2005, com a presença, inclusive, do DRH, o representante do
754 DRH, Paulo Parentes, comprometeu-se de fazer uma apresentação, então, desse
755 programa para a Câmara Técnica. Tomou-nos de surpresa na reunião de março da
756 Câmara Técnica, esse assunto não estava na Pauta, aí nos recusamos, tinha sido feito
7570 pedido em janeiro pela FARSUL para que esse assunto fosse discutido em uma
758 Câmara Técnica. A Câmara Técnica, então, aprovou por unanimidade para ser discutido
759 em março. Não foi na Pauta de março, então, reforçamos na reunião de março, da
760 Câmara Técnica de Gestão das Águas, mas como não havia *quorum*, para que esse
761 assunto fosse tratado na Pauta de abril, na Pauta de abril também não estava na Pauta.
762 Então, considero que essa Câmara Técnica de Gestão das Águas não foi ouvida e tinha
763 interesse de discutir e debater, porque é algo que lhe afeta diretamente, e a seus
764 membros. Então, considero que não podemos discutir esse assunto hoje no CONSEMA,
765 em função de não ter respeitado uma Câmara Técnica que eu considero importante de
766 ser ouvida. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu ia fazer um questionamento
767 mais no sentido da questão colocada pela Conselheira da AGAPAN, mas como não
768 participo da Câmara Técnica, eu pergunto se a Câmara Técnica não havia dado o
769 parecer em relação da Câmara Técnica de Gestão das Águas? Não me sinto informada
770 desse assunto, que está diretamente relacionado à Câmara Técnica. Eu até entendo
771 que o ideal seria que essa fosse uma resolução que partisse das duas Câmaras
772 Técnicas: de Agroindústria e de Gestão das Águas. **Sr. Valery Pugatch:** Sr. Presidente,
773 entre a última reunião da Câmara de Agropecuária e a passagem dessa proposta de
774 resolução pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, eu lhe pediria que fossem
775 destacadas as modificações que houve nesse período especificamente. **Sr. Mauro**
776 **Gomes de Moura:** O artigo 1º foi introduzido com o seu parágrafo primeiro. Tentando
777 responder a questão da Câmara das Águas, que eu saiba, não sei, posso estar
778 enganado, esse assunto deveria na medida que os documentos fossem introduzidos
779 encaminhados a essa Câmara. Nós estamos agora em um impasse muito grande, hoje
7800 CONSEMA, e não só o CONSEMA, talvez a própria FEPAM e a própria SEMA, todos
781 tenhamos culpa nisso, a própria FARSUL, enfim, e outros participantes, nós perdemos
782 muito tempo discutindo essa resolução. E os efeitos da Resolução n.º 36 estão postos,
783 ou seja, oito mil empreendimentos que se licenciaram pela Resolução n.º 36 venceram
784 as suas licenças em 31-03-05, há alguns dias. Esses empreendedores têm direito à
785 renovação de licença, porque esse direito foi imputado pela Resolução n.º 36, estão
786 esperando regras para isso. Talvez haja uma equipe com o encaminhamento, mas a
787 SEMA, FEPAM e a própria Câmara de Agropecuária se preocuparam em nos Comitês
788 de Bacia Hidrográfica, houve uma grande reunião em Santa Maria, onde essa questão,
789 todos os termos que estão aqui, foram discutidos com os Comitês de Bacia Hidrográfica.
790 Então, acho que o Ivo vai completar um pouco. Agora estamos em um grande impasse,
791 porque se a resolução for aprovada nesses termos leva ainda cerca de dois meses, um
792 mês e meio, dois, para operacionalizar eletronicamente essa nova modelagem. Esse
793 assunto talvez tenha grandes implicações nos financiamentos desses valores. **Sr. Ivo**
794 **Lessa Silveira Filho:** Sr. Presidente e demais Colegas do CONSEMA, sem dúvida,
795 essa resolução era para ter sido trabalhada a partir do ano de 2004, mas juntando a
796 todos esses problemas que houve de tramitação e discussão, de ida e volta para a

797Câmara Técnica, também tivemos o desenvolvimento do provisório da seca, onde
798envolveu a FEPAM, a FARSUL, e várias demandas, outras reuniões. Entendo que no
799provisório da seca a gente conseguiu evoluir, o DRH participou junto das discussões e
800consequimos evoluir bastante em relação a essa resolução. Tanto é que a própria
801resolução onde contempla os locais onde tivemos os maiores conflitos de uso, recursos
802hídricos de Santa Maria, Gravataí, Sinos, Lagoa Vermelha, que foi contemplado e
803acordado na própria Câmara Técnica, com os produtores que fariam um processo
804completo, teríamos que trabalhar em cima de uma redução de área. Então, acho que a
805resolução evoluiu bastante. Eu peço aos Colegas do Conselho que entendam esse
806pedido da Edi, que também faz parte da Câmara Técnica de Gestão das Águas, porque
807nós tivemos essa resolução três vezes voltando à Câmara Técnica de Agropecuária. O
808problema que o Mauro colocou também dos prazos, hoje estamos aguardando os
809municípios onde se decretou estado de emergência, estamos esperando uma posição
810de Brasília, é uma briga diária, uma luta diária. Acho que o Paulino também, da FETAG,
811está com esse problema. E os municípios nos cobrando que não havia negociações,
812aquelas condições mínimas, é que o cara que fica lá na propriedade tenha uma
813condição digna de viver em relação ao problema que afetou drasticamente as nossas
814cidades. E sem dúvida, a renegociação dessas dívidas vão passar pelo licenciamento
815ambiental. Então, acho que podemos dar, por meio da resolução, do que será proposto,
816que a gente possa dar encaminhamento a essa resolução, que a gente possa avançar
817nesse processo e dar como contempladas as questões ambientais já a partir do primeiro
818ano, do excepcional e grande, e naquelas bacias hidrográficas que houve conflito.
819Então, peço a todos que a gente evolua, que a gente aceite essa proposta, deixe o
820pessoal trabalhar, porque a pressão está sendo muito grande. Era essa a minha
821colocação e espero a colaboração de todos. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos**
822**Monteiro:** Essa questão é realmente preocupante, passamos por uma seca bastante
823séria, onde várias bombas tiveram que ser lacradas porque estavam atuando de
824maneira irregular. E nós dos Amigos da Terra reconhecemos que a FARSUL foi parceira
825no lacramento dessas bombas, principalmente no rio Gravataí. E agora achamos
826importante esse assunto passar pela Câmara de Gestão das Águas. Eu vou tentar fazer
827uma proposta conciliatória, em razão da urgência do assunto, de ter financiamentos para
828lavouras que dependem dessa licença, mas, também, ao mesmo tempo não abrindo
829mão da Câmara Técnica analisar a proposta. A minha proposta seria no sentido de nós
830analisarmos essa resolução que temos em mãos hoje e talvez aprová-la por um período
831emergencial, para tentar resolver esse empasse que está criado agora, onde as licenças
832que estão vencidas e têm que ser ou não renovadas. E nesse meio tempo, talvez uns
833três, quatro meses, esse assunto continua a ser debatido na Câmara Técnica de Gestão
834das Águas, e de preferência de forma conjunta com a Câmara Técnica de Agricultura e
835Agropecuária. Então, seria nesse sentido, a gente tentar avançar em uma proposta
836conciliatória, mas não abrindo mão da Câmara Técnica de Gestão das Águas analisar a
837proposta. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Conselheira Kathia, agora falando como Diretor
838Técnico da FEPAM. Há um problema muito sério aí, que em primeiro lugar, pelo menos
839que eu saiba, é o único movimento no Brasil que pretende fazer uma regularização do
840setor irrigante com essa velocidade de cinco anos ter estabelecido outorgas em

841recuperação de áreas de preservação ambiental, conforme proposto nessa resolução.
842Que eu saiba nenhum lugar do Brasil está-se propondo a isso e, inclusive, pegando os
843grandes e excepcionais já no primeiro ano. Esse é um comentário a parte, agora, com
844relação à Diretoria Técnica da FEPAM nos é impossível trabalhar assim, porque as
845nossas licenças hoje, por determinação deste próprio Conselho, têm um prazo de
846validade estabelecidas de um a quatro anos, porque nós não podemos ter insegurança
847jurídica no fornecimento das nossas LOs, as nossas LOs têm que ter validade. Ou seja,
848uma norma que nos diga outra coisa daqui quatro meses pode não validar duas mil
849licenças. Isso é uma coisa muito complicada. Então, nós devemos que talvez discutir um
850pouco melhor esse assunto, para nós é muito complicado trabalhar com uma norma de
851transição. **Sr. Presidente:** Quem sabe como consenso, no caminho da proposta da
852Conselheira Kathia, a gente aprove a resolução da forma como está, aprovada por
853algumas Câmaras Técnicas, aprovada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.
854Então, a gente abriria um espaço de talvez seis meses para alguma manifestação da
855Câmara Técnica de Águas, e caso ela não se manifeste continue valendo essa que a
856gente aprovou. Quem sabe a gente poderia aprovar dessa maneira; mas, realmente, é
857preocupante a posição que o Mauro coloca, porque uma licença aprovada dentro desses
858seis meses, depois dos seis meses tem validade? Isso, realmente, é preocupante.
859Agora, entendo que de uma forma geral as contribuições que serão agregadas, talvez,
860não vão alterar o conteúdo total, o conteúdo radical. Então, faço um apelo aqui, porque
861já estão, teoricamente, na ilegalidade, porque a resolução anterior terminou dia 31-03, já
862estamos em 15-04, próxima reunião é dia 19-05. Então, poderão ser aventados
863problemas legais por parte do Ministério Público, tanto quanto os empreendedores, tanto
864quanto o órgão ambiental. Então, por isso eu entendo que de repente a sugestão da
865Kathia é válida, que a gente aprove a resolução e que a remeta novamente para a
866Câmara das Águas para ver-se existe alguma manifestação em contrário. E caso haja
867alguma manifestação em contrário da Câmara Técnica das Águas, aí a gente traria
868novamente ao Plenário para discussão. **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Eu
869também sou membro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, vou falar um
870pouquinho do que conversamos lá. Entendemos que essa resolução representa um
871avanço do ponto de vista da gestão ambiental do uso das águas no nosso Estado.
872Então, aí reconhecemos, por isso apoiamos a resolução, e já manifestamos essa
873posição na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Agora, temos que nos atentar,
874primeiramente, no processo como essa resolução acabou chegando aqui no Plenário.
875Acho que é importante essa observação que a AGAPAN faz, no sentido da
876manifestação da Câmara Técnica de Gestão das Águas, mas, também, acho importante
877que a gente considere essas questões, na realidade, já manifestadas pela Kathia, pela
878FEPAM, pela FARSUL, e tenho certeza que o representante dos Comitês de Bacia
879também vai fazer algumas considerações sobre isso. Então, se aprovarmos uma
880resolução agora, mesmo que ela seja remetida para uma análise posterior à Câmara
881Técnica de Gestão das Águas, estamos aprovando uma resolução que vai passar a ter
882vigência assim que ela for publicada, e toda resolução, em tese, pode sofrer revisão a
883qualquer momento. O que vamos estar fazendo aqui é um acordo do Plenário do
884CONSEMA de que nós aprovemos essa resolução dessa maneira, que seja remetida à

885Câmara Técnica para a Câmara Técnica analisá-la e aperfeiçoá-la se for o caso. É isso
886que vamos fazer na prática. Eu acho que nós podemos tentar achar uma saída
887consensuada para essa questão, porque se fôssemos também exigir o cumprimento, o
888regimento no que tange ao processo chegar essa resolução ao Plenário, nós íamos ver
889que não foi cumprido o Regimento Interno, porque o Regimento Interno exige que
890quando da convocação todos os documentos sigam anexo à convocação para análise.
891Então, nós estamos não obedecendo essa recomendação do Regimento Interno, que
892fragiliza o processo de discussão. Analisando o mérito da resolução, eu já havia
893sugerido à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, mas as alterações que foram feitas,
894acho que esqueceram de mexer no artigo 7º, que há um erro formal aí. O artigo 7º tem
895um *caput*, depois tem uma letra a. Então, na realidade, isso sob ponto de vista da
896técnica legislativa não está bem contado, aquilo teria que ser um parágrafo único para
897que pudesse adequar à técnica legislativa. Na questão de mérito, propriamente dita,
898acho que teríamos que colocar um considerando no início para que a gente possa
899destacar de alguma forma a importância da Convenção de Ramses no uso das águas.
900Todos sabemos que a Convenção de Ramses é um acordo internacional, que o Brasil é
901signatário, que tem como objetivo trabalhar uma gestão sustentável do uso das águas e
902das suas áreas alagadiças, zonas úmidas, os banhados, mangues e etc. Então, acho
903importante colocarmos um considerando que destaque a Convenção de Ramses nesse
904processo, para que esse acordo internacional, paulatinamente, acabe por fazer parte do
905nosso ordenamento jurídico, já que o Brasil é signatário. E por fim, acho que existe um
906problema legal no artigo 8º, que podemos resolver no Plenário se for o caso, que diz o
907seguinte: *Os empreendimentos de porte grande ou excepcional terão um prazo de sua*
908*licença prorrogado de 30-03-05 para 30-09-05.* Entendo que quem pode fazer
909licenciamento ambiental é o órgão ambiental e não o CONSEMA. No momento que
910estamos prorrogando o prazo de uma licença estamos dando uma nova LO, e tenho
911certeza que não é competência do CONSEMA fazer isso. Então, acho que tem que
912pensar uma alternativa jurídica, aqui para o artigo 8º, para que a gente não aprove uma
913resolução que possa ser bombardeada, posteriormente, e por ações na ações na justiça
914que possa depois ter a sua eficácia cancelada por uma liminar a qualquer momento,
915tendo em vista que o CONSEMA não pode licenciar, quem licencia é o órgão ambiental
916que tem poder de polícia para isso. **Sr. Sérgio Cardoso:** Acho que todo o começo
917dessa discussão lá no passado, vai e volta, o grande avanço que temos nessa resolução
918é que saímos da lógica para o município, uma resolução aprovada por este Conselho
919tem outra lógica, a lógica da bacia hidrográfica. Eu acho que de todas outras resoluções
920que nós temos, essa que se soma aquela da mineração, que considera a bacia
921hidrográfica uma unidade de gestão tem esse avanço. Os Comitês aqui envolvidos,
922todos eles fizeram os seus debates políticos e as suas discussões, mas nós estamo-nos
923deparando nesse momento por uma questão de falta de regramento deste Conselho. E
924além de nós acordarmos que essa vai ser a última resolução que abre uma discussão e
925a gente não acorde para qual Câmara Técnica que ela deve ir. Concordo também com o
926Diretor Técnico da FEPAM que o ping-pong e vai e volta, daqui a pouco a gente está
927aqui há dez anos discutindo uma resolução. Agora, também temos que acordar que
928todas as resoluções que começarem a ser discutidas em qualquer Câmara Técnica, aí

929 vamos ter que criar um mecanismo, é acordar por quais as Câmaras Técnicas essa
930 resolução tem que passar, ou se for pelas oito, por cinco, por quatro. Não há problema
931 nenhum, mas estamos nos deparando com o problema porque não há isso, não há esse
932 acordo. Então, conforme a solicitação, conforme o vento, conforme a necessidade
933 política do momento vai para uma Câmara ou vai para a outra, e isso acaba dando uma
934 dificuldade para uma resolução dessa que deveria ter passado pela Câmara Técnica de
935 Gestão das Águas, que, inclusive, é presidida por representante dos Comitês, e que
936 acabou não passando. Não estou dizendo isso que os Comitês envolvidos não tenham
937 discutido, mas esse vai e vem do processo. Então, só gostaria de fazer esse registro,
938 que essa seja a última a resolução que venha a Plenário e comece qualquer discussão
939 na Câmara Técnica sem acordar, e aprovado por este Conselho, e aí não é uma
940 Câmara Técnica, é que venha trazer a este Conselho quais serão as Câmaras Técnicas
941 que tal assunto seja discutido, porque senão fica difícil a gente conseguir trabalhar e
942 toda vez que vem a Plenário a gente acha que tem que ir para uma outra Câmara
943 Técnica, e para nós não evolui isso. Então, só gostaria de fazer esse registro, desse
944 termo aqui, isso que foi colocado acho que é uma falha grave não ter sido encaminhado
945 para nós antes, isso não pode acontecer, não tivemos nenhuma justificativa, a não ser
946 que eu tenha me perdido na saída para o café, do porquê isso não veio junto com as
947 demais documentações, porque a regra do jogo não diz isso, a regra do jogo diz que
948 temos que receber com antecedência para fazer a análise. Nós acreditamos,
949 conhecendo as pessoas envolvidas, que não houve má-fé no sentido de não mandar a
950 documentação, mas isso enfraquece o acordo político que temos dentro deste Conselho
951 de trabalhar com clareza. Seria isso. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Conselheiro, em
952 nome do CONSEMA nós pedimos desculpas, porque, na realidade, essa resolução
953 acabou sendo discutida em reuniões extraordinárias, há duas semanas para cá. Então,
954 esses documentos ficaram prontos, realmente, em cima do laço para esta reunião. Só a
955 título de condução, Conselheiro Soler, em relação a forma de corrigir, ali está como
956 parágrafo único, acho que não há problema, mas essa resolução passou pela Câmara
957 Técnica de Assuntos Jurídicos, onde não foi discutida a integralidade do artigo 8º, onde,
958 inclusive, quando esse texto estava proposto a Dra. Sílvia Capelli estava lá, também,
959 não versou sobre esse assunto. E a Resolução n.º 38, deste Conselho, prorrogou quase
960 três mil licenças da FEPAM quando fizemos aquele acordo dos licenciamentos terem um
961 prazo de quatro anos, enfim. Então, como o seu pedido não está aqui, quero que o
962 senhor retome esse tema. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só um comentário, é que no artigo
963 8º, que o Conselheiro Soler, do CEA, comentou, talvez seja a pressa mesmo de discutir
964 essa resolução. Então, ela foi discutida hoje de manhã, às 11 horas essa Câmara
965 Técnica de Assuntos Jurídicos teve *quorum* para, efetivamente, começar a discutir.
966 Talvez seja a pressa que tenha dado essa falha, uma falha grave. Por isso que a gente
967 tem que ter muito cuidado. Então, eu não gostaria que nós estivéssemos discutindo o
968 mérito dessa resolução, mas, enfim, como partimos para a questão de mérito, tenho
969 algumas colocações a fazer: uma delas seria que bacias hidrográficas importantes, que
970 têm tantos problemas quanto as citadas nessa resolução, que só cita a Bacia dos Sinos,
971 Gravataí e da lagoa Mangueira, outras bacias como Vacacaí Mirim, Ibicuí e Quaraí têm
972 graves problemas, têm problemas históricos que a gente sabe de vazão, de poluição, de

973 retirada de água de áreas inadequadas, o uso abusivo e intensivo de agrotóxicos nas
974 lavouras irrigadas. Enfim, não mereceram aqui nessa resolução nenhum tratamento
975 especial, foram colocadas na vala comum. Surpreende-me isso, mas por isso que eu
976 faço um apelo a este coletivo que a gente não discuta e não aprove essa resolução hoje,
977 e que façamos em uma reunião extraordinária deste CONSEMA, e que antes passe
978 pelas Câmaras Técnicas para que a gente possa de fato fazer uma boa análise,
979 inclusive, nós membros do Conselho recebemos essa proposta final, não sabíamos se
980 ela viria dessa forma mesmo, em função de ter passado hoje pela manhã, na reunião
981 marcada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. **Sr. Mauro Gomes de Moura:**
982 Não foi essa resolução. Desculpe, Conselheira, hoje pela manhã a Câmara se reuniu
983 extraordinariamente para a discussão da resolução do licenciamento de impacto
984 ambiental. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Desculpa. Enfim, eu recebi por *e-mail* essa
985 proposta aqui apenas na quarta-feira. A AGAPAN recebeu por *e-mail* a proposta dessa
986 resolução do CONSEMA na quarta-feira desta semana, há dois dias. **Sr. Niro Afonso**
987 **Pieper:** Só a título de contribuição, é referente à redação: o artigo 5º e artigo 7º, o verbo
988 deve ser *requerer*; salvo melhor juízo. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Sr. Presidente, nós
989 temos algumas sugestões por parte do Conselheiro Soler, temos um pedido da
990 Conselheira Edi para fazer uma reunião extraordinária do CONSEMA depois que a
991 Câmara das Águas discutisse essa resolução. O Conselheiro Soler pediu a palavra. **Sr.**
992 **Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Eu me manifesto a pedido do Diretor Técnico que
993 está conduzindo os trabalhos para o Presidente, Diretor Técnico da FEPAM, que está
994 sempre bem atento às questões que estão sendo discutidas nas Câmaras Técnicas, e
995 muito bem esclarece que quando nós discutimos a resolução, realmente, não nos
996 atentamos para o artigo 8º, isso é verdade. Realmente, esse debate não foi feito lá, mas
997 estou colocando essa questão hoje, porque percebi esse problema agora. Também
998 quero entender que eu fiz três observações e que o Conselheiro Mauro, como é bem
999 atento, manifestou duas, mas acho que ele anotou a terceira aí, que é a da Convenção
1000 de Ramses. Então, é nesse sentido, acho que o 7º não é uma redação simples de
1001 resolver, o 8º nem tanto, vamos ter que ver-se vamos votar hoje, como vamos proceder.
1002 E entendo também que a inclusão do considerando da Convenção de Ramses não tem
1003 nenhum prejuízo para a resolução, ao contrário, aperfeiçoa. **Sr. Mauro Gomes de**
1004 **Moura:** Conselheiro, a título de esclarecimento, Conselheira Edi também, essas bacias
1005 foram escolhidas por várias razões. Pelos problemas que aconteceram, nós sabemos
1006 que em todas as bacias aconteceram problemas, umas com mais gravidade, outras com
1007 menos gravidade, mas foi cotejado aqui o trabalho que o DRH, o Conselho de Recursos
1008 Hídricos e os Comitês já estão elaborando em alguma dessas bacias, e também a
1009 capacidade técnica de atendimento, tanto por parte do Corpo Técnico da FEPAM, como
1010 por parte do pequeno Corpo Técnico do DRH, hoje todos sabem que o DRH tem três
1011 funcionários. Ou seja, o que era possível, imediatamente, fazer já neste primeiro ano para
1012 regularizar o problema de outorga nessas três bacias? Ou seja, não que não se queira
1013 alcançar todas, esse seria o desejo, mas foi o cruzamento dos planos que estão em
1014 execução nos Comitês de Bacias Hidrográficas, com a capacidade da FEPAM e do DRH
1015 de responder. Não adianta também os Corpos Técnicos do DRH e da FEPAM,
1016 irresponsavelmente, colocar novas bacias aqui se de fato sabem que não têm

1017 capacidade para atender. Nós já temos dúvidas, porque nós vamos fazer um trabalho
1018 especial em Santa Maria, se temos pernas para isso. Então, é em razão disso, não que
1019 a gente desconsidere os fatos que aconteceram na seca, como nas outras bacias
1020 hidrográficas. Eu volto a frisar, Srs. Conselheiros, é um desejo de que essa resolução
1021 passe pela Câmara Técnica de Gestão das Águas, e temos um problema jurídico a
1022 resolver de dar esses licenciamentos. Volto a frisar que a EPAM vai levar um mês e
1023 meio, dois, para conseguir colocar esse procedimento a funcionar no licenciamento
1024 ambiental junto com o DRH, porque aí entram duas licenças: outorga e licenciamento
1025 ambiental. Sr. Presidente, nós temos esse problema de condução. **Sr. Presidente:** Só
1026 um esclarecimento: não há nenhum representante da Câmara Técnica das Águas? E a
1027 pergunta, Ivo: não houve reunião, não houve *quorum*? Por que esse assunto não
1028 passou por lá? **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Tivemos vários problemas de *quorum* na
1029 Câmara Técnica de Gestão das Águas, no ano de 2004 não sei se tivemos mais que
1030 duas ou três reuniões. Foi feito um pedido, sem dúvida, mas acho que no momento que
1031 essa resolução ficou tramitando, indo e voltando na Câmara Técnica, não saía da
1032 Câmara Jurídica e Agropecuária, ela ficou nessa discussão. Então, não sei. E entendo
1033 até que com a reunião de Santa Maria, com a participação do DRH em cima, que foi
1034 pesada em cima da Câmara Técnica de Agropecuária a decisão, eu notei que ela não
1035 teria que passar na Câmara Técnica de Gestão das Águas, acho que ela foi discutida
1036 bastante em relação à gestão dos dois municípios. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Quero
1037 colocar o seguinte: que a Câmara Técnica de Gestão das Águas de janeiro, que foi
1038 pautado, um pedido de Pauta pela FAMURS, que aquela Câmara discutisse, não
1039 aprofundasse melhor o programa, inclusive, tendo uma apresentação do DRH sobre o
1040 assunto. Então, que na próxima reunião daquela Câmara, então, esse assunto fosse
1041 discutido, que a reunião foi em março. Nessa reunião de março não houve *quorum*, a de
1042 abril, que foi no dia 11, na segunda-feira, uma reunião com *quorum*, mas na qual não
1043 constava na Pauta esse tema. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Conselheiro Soler, o artigo
1044 8º foi feito em função da necessidade para esse empreendimento de porte grande e
1045 excepcional de fazer todo um trabalho de outorga, principalmente, nas áreas do Sinos,
1046 Gravataí e Santa Maria. Ou seja, o DRH não vai fornecer outorga, em consequência a
1047 FEPAM não vão fornecer licenciamento até fim de julho para esses empreendimentos
1048 aqui, porque o DRH vai fazer todo um trabalho de avaliação geral dos recursos hídricos,
1049 principalmente no Gravataí, Santa Maria e Sinos. Aí emite outorga e a FEPAM,
1050 imediatamente, emite com os dados de outorga a licença. Essa é a razão da
1051 prorrogação, não há nenhuma outra. Na realidade, é um trabalho que o DRH contratou,
1052 só finaliza ali, em fim de junho, meio de julho, alguma coisa assim, depois ele consegue
1053 fornecer a outorga, somente por isso. Não vejo quem poderia contestar isso aqui,
1054 porque os beneficiários não vão contestar. Acho que as suas duas outras correções, ou
1055 indicações da Comissão e o parágrafo único não vejo problema. Eu perguntaria se
1056 seguindo a sugestão do Presidente deste Conselho poderíamos aprovar essa norma e a
1057 Câmara Técnica de Gestão das Águas volta a discutir o assunto, e se houver a
1058 resolução notificando essa, tem todo o direito de mudar a resolução, a resolução não é
1059 eterna, voltaria-se a discutir esse assunto em Plenária. É possível fazer isso?
1060 Conselheira Edi? Conselheiro Soler? Eu só lhe pediria, se o senhor concordar, mandar-

1061nos por *e-mail*, amanhã, um pequeno texto do considerando. **Sr. Antônio Carlos**
1062**Porciúncula Soler:** A minha preocupação é formal com relação ao artigo 8º. Eu
1063entendo, realmente, que havendo acordo entre as partes interessadas não vai haver
1064quem entre na justiça para discutir o artigo 8º. Então, mesmo que a gente aprove e ele
1065sendo irregular, como eu entendo que é, se houver acordo entre as partes interessadas
1066não vai haver demanda. Agora, realmente, como sendo da área eu me sinto bastante
1067constrangido em votar um artigo com essa redação, porque não consigo perceber em
1068um ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade do Conselho emitir licença, pelo
1069menos não dessa forma. Nós temos alguma experiência de alguns Conselhos que
1070licenciam, como é o Conselho de Minas Gerais, mas é uma outra história, é um outro
1071processo, uma outra situação. O que nós estamos fazendo, e talvez ninguém da
1072Câmara Técnica se ateuve naquele momento, nós estamos, na verdade, licenciando
1073quando a gente faz isso, alicerçado, evidentemente, de uma manifestação do órgão
1074técnico. Então, parece que o encaminhamento no geral está de acordo, Sr. Presidente e
1075Sr. Conselheiro Diretor Técnico da FEPAM. Agora, eu pediria a compreensão dos
1076Conselheiros para me abster, então, da votação, porque não consigo encaixar esse
1077artigo na lei brasileira. Acho que a alteração do artigo 7º e o considerando, posso até
1078colaborar com a redação do considerando, mas só vou pedir para me abster do artigo
10798º, porque acho que extrapola a competência do CONSEMA. A não ser que a gente
1080fizesse uma redação alternativa que também tenha o mesmo efeito que está-se
1081pretendendo dar. **Sr. Presidente:** Soler, talvez a gente incluísse aqui no artigo 8º uma
1082redação do tipo: *fica o órgão licenciador estadual autorizado para os empreendimentos*
1083*e 'tal'*; e só introduz ali: *fica o órgão licenciador do Estado para os empreendimento de*
1084*grande porte ou excepcional autorizado a prorrogar até*. Acho que resolve o problema,
1085acho que dessa maneira não é o Conselho que está autorizando, é o órgão que vai
1086autorizar. Todos concordam? Acho que resolve o problema. **Sr. Mauro Gomes de**
1087**Moura:** Em votação: os Conselheiros que concordam em aprovar a versão dessa
1088resolução, acrescentando considerando, sugerido pelo Conselheiro Soler, a modificação
1089da letra a, do artigo 7º, pelo parágrafo único, e a sugestão do Presidente deste
1090Conselho, no artigo 8º, autorizando o órgão ambiental a prorrogar as licenças, por favor,
1091manifestem-se com o cartão; os que se abstêm; os que são contra. **Aprovada** a
1092resolução por unanimidade. Vamos ao Item 6 da Pauta: **Apreciação da Proposta de**
1093**Alteração da Resolução n.º 05/98; Processo n.º 14.048.056704.8.** O Presidente vai
1094defender. **6. Apreciação da Proposta de Alteração do Anexo da Resolução**
1095**CONSEMA n.º 05/1998. Sra. Edi Xavier Fonseca (Questão de Ordem):** Esse ponto de
1096Pauta, infelizmente, não vamos poder discutir nesta reunião, em função de termos
1097recebido apenas no momento da chegada na reunião. Então, não tivemos condições
1098mínimas de analisar esta proposta. Até o Regimento deste Conselho diz que os
1099documentos têm que serem entregues com antecedência aos Conselheiros. Este
1100documento não foi enviado nem por *e-mail*, nem pelo correio. Então, este ponto de
1101Pauta, pelo nosso Regimento Interno, não podemos discutir. E deste eu não abro mão.
1102**Sr. Presidente:** Edi, eu concordo com o que você está colocando, mas acho que não
1103vamos perder a oportunidade de discutir o assunto. Eu acho que podemos até não votá-
1104lo hoje, mas vou pedir aos Conselheiros que a gente inicie a discussão hoje, porque

1105esse assunto vem do ano de 2000, estamos em 2005, são cinco anos que os municípios
1106esperam para que esse assunto entre em votação. Na verdade, o que aconteceu é que
1107na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada esse assunto foi depois de uma longa ida
1108e volta, primeiro, houve uma negociação na Bipartite entre o Estado e os municípios, por
1109meio da FAMURS, uma negociação de março de 2004 até final de novembro. Não
1110chegamos a um consenso, até porque defendemos pontos e alguns assuntos diferentes.
1111O que aconteceu, Edi? O assunto foi levado para a Câmara Técnica, nós da FAMURS
1112colocamos em votação a nossa proposta e o Estado, por meio das várias reuniões, o
1113Estado evoluiu na proposta e o assunto foi colocado em votação. Lá na Câmara
1114Técnica, e pode-se recuperar esse caso, se os Conselheiros quiserem podem pegar as
1115Atas da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, dos nove Conselheiros daquela
1116Câmara Técnica oito votos foram por aceitar a proposta que os técnicos da FEPAM
1117estavam fazendo. Na verdade, foi dito técnico da FEPAM, mas foi todo um contexto. Por
1118quê? Porque eles entendiam que havia segurança na informação vinda dos técnicos do
1119órgão licenciador do Estado, não que a nossa proposta fosse ruim, mas é que em
1120algumas coisas a gente não tem como avaliar sem ter a estrutura. E nós da FAMURS
1121fizemos uma proposta, mas ficou assim, por exemplo: licenciamento de galpão de
1122calçado, entre ficar com a proposta da FAMURS, que era cinco mil e a proposta da
1123FEPAM/SEMA, que era dois mil, foi a proposta da SEMA que passou. Então, na
1124verdade, houve toda uma discussão e nós não estamos alterando a resolução, Edi,
1125estamos, na verdade, trabalhando no anexo que deveria ter sido mudado quando foi
1126feita a Resolução n.º 04, porque até hoje nós trabalhamos com o anexo único da
1127Resolução de 98. Então, até concordo com a parte regimental, Edi, mas entendo
1128também que o assunto foi tratado na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada e na
1129Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. E, infelizmente, houve troca da Presidência
1130também da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada e houve o empasse de como
1131esse assunto fosse conduzido. Na verdade, é só o anexo que modifica. E essas
1132alterações servirão no fundo para que possa-se reduzir o volume de processos que ora
1133são encaminhados à FEPAM, e que segundo nos é colocado tanto pelo Dilda, quanto
1134pelo Mauro, 65% desses processos que hoje são encaminhados à FEPAM são de
1135impacto local. Então, entendo a tua posição, Edi, e reconheço ela, mas não sei em que
1136nós poderíamos evoluir. Entendo também que poderia-se discutir hoje o assunto, tentar
1137esclarecer os assuntos mais relevantes da proposta e na próxima reunião poderia votar,
1138ou a gente chama uma reunião extraordinária. Agora, isso está sendo aguardado pelos
1139municípios, realmente, com um pouco de ansiedade. Então, era só isso que eu queria
1140colocar em nível de defesa, e acho que o pessoal aqui do SIGA também gostaria de se
1141manifestar. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Eu tenho uma contribuição, trabalhei também
1142junto da elaboração dessa nova tabela, corroboro o raciocínio da necessidade da
1143atualização. A tabela da FEPAM mudou, atualizou-se e o anexo ficou estanque. Então,
1144acho que, realmente, é necessária essa mudança. O encaminhamento para a votação
1145também concordo com a Conselheira Edi, está prejudicado, o meu ponto de vista é
1146pacífico. Acredito, Sr. Presidente, que nós temos que tratar esse debate da questão dos
1147portes paralelo a uma qualificação técnica dos municípios. Eu estou extremamente
1148preocupado com as questões, muitos municípios são conveniados com universidades, a

1149do Vale, Taquari e a UNIVATES tinham um convênio com vários municípios, hoje é
1150sabido que não existe mais. Então, a gente não sabe enquanto Conselho quem é
1151responsável pelo licenciamento desses municípios, será que está totalmente
1152terceirizado? Será que está totalmente encaminhado para o cargo de confiança? Será
1153que as prefeituras abriram concursos públicos para qualificar os seus técnicos? Como
1154está feito isso? Uma vez que o volume, as atividades que estão sendo pleiteadas agora
1155são bem mais complexas e vão exigir caracteres técnicos com maior qualificação.
1156Então, quero deixar nesse debate que ele ande paralelo à questão da qualificação
1157técnica dos municípios. É extremamente perigoso nós simplesmente aprovarmos o
1158aumento de exporte, o aumento de impacto sem ter uma radiografia dos quadros
1159técnicos municipais. **Sr. Sérgio Cardoso:** Acho que é um consenso quanto à questão
1160do procedimento administrativo. Está prejudicada a votação hoje, acho que atropelou, a
1161gente também não pode atropelar tudo, porque a nossa cota de contribuição para o
1162processo já foi dado enquanto Conselheiros. Isso que o Clebes fala, a questão dos
1163técnicos, é uma relação simples, mas eu acho que ela tem que ser feita. As atividades
1164estão aqui e os técnicos estão lá dentro da prefeitura se habilitando. Um Biólogo e um
1165Engenheiro Civil, duvido e o dó da responsabilidade técnica de um Geólogo e de um
1166Engenheiro Civil para ter competência de ser responsável por todos esses
1167empreendimentos! Então, aqui há vários empreendimentos e isso vai ter que bater lá
1168com a disponibilidade do técnico da prefeitura, porque, senão, a gente está brincando!
1169Eu acho que está no momento de darmos uma amadurecida e começar a ver aqui, acho
1170que pela própria Comissão dos empreendimentos, e quais são os técnicos necessários
1171para fazer determinados tipos de fiscalização com responsabilidade, senão vamos cair
1172no erro de ficar aprovando uma tabela linda e maravilhosa, entendemos a questão do
1173município, entendemos a questão do Estado, mas não dá para ficar atirando para
1174qualquer um de lá ser responsável enquanto a gente não sabe no município não tem.
1175Então, só gostaria de fazer esse registro. E aqui não consegui ver o número total de
1176atividades, acho que é fazer um debate e aproveitar que este assunto está aqui, para
1177quando vier para dentro do CONSEMA a gente já tenha um pouco mais amadurecida
1178essa proposta da resolução. E acredito que sem problema algum, para a próxima
1179reunião entrará e a gente aprofundará a discussão. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr.
1180Presidente, Srs. Conselheiros, eu não gostaria de neste momento discutir o mérito do
1181anexo, mas tenho uma manifestação, até do ponto de Pauta anterior, na votação os
1182municípios. Há a impressão de não se estar exigindo como devêssemos no processo
1183administrativo, e não deixa de ser um processo administrativo na habilitação dos
1184municípios. Então, gostaria de fazer um breve relatório de providência que já tomamos
1185neste ano de 2005. Primeiro: ampliamos um sistema dos itens, requisitos indispensáveis
1186que as resoluções exige, para que possamos fazer um acompanhamento qualificado da
1187montagem do processo e do atendimento desses requisitos. Estamos estudando o
1188Regimento da Comissão, também já estava em estudo, mas estamos ampliando o
1189regimento da Comissão que não existe para melhorar e fazer uma distribuição
1190equilibrada de processos aos relatores, e uma distribuição coordenada dos processos
1191para os relatores dos processos de habilitação. E aguardamos apenas a aprovação de
1192um novo anexo, se isso se resolver no CONSEMA, para elaborar, o restante já está

1193mais ou menos terminado, elaborar um novo material a ser distribuído aos municípios no
1194sentido de dar uma orientação segura e completa a respeito do que é necessário
1195cumprir para que este Plenário possa decidir sobre a sua habilitação. Sobre o
1196acompanhamento dos municípios, os licenciamentos, estamos fazendo aquilo que é
1197possível e o que nos determina a Resolução n.º 04, que é receber anualmente, e
1198fizemos um pedido reforçando isso para dois anos, para 2003 e 2004, um prazo que
1199venceu em 31-03, os municípios nos informarem a equipe técnica e os licenciamentos
1200por porte e atividade que fizeram. Eu acredito que o pedido de apresentação disso não
1201há nenhum problema, Sr. Presidente, nós trazemos isso aqui. Apenas traremos
1202daqueles municípios que atenderam a resolução. E nesse sentido talvez eu tenha que
1203adiantar que nem todos os 97 que tínhamos até agora responderam as suas respectivas
1204equipes e seus licenciamentos. Adiantando também um pouquinho a discussão, a
1205respeito da qualidade, o que significa o licenciamento nos municípios de impacto
1206ambiental e local, estamos propondo e é por isso que foi lido hoje aqui, estamos
1207propondo, foi aprovado pela Comissão de Municipalização uma proposta de
1208acompanhamento do município faltoso, aquele município que hoje temos o céu e a terra,
1209a habilitação e a desabilitação. Nós estamos, então, propondo penalizações
1210intermediárias para que isso funcione com o sistema e não que dada uma denúncia,
1211eventualmente, por uma questão formal o corpo técnico tenha que decidir e encaminhar
1212ao CONSEMA apenas tendo a opção da desabilitação. E apenas corrigindo, este
1213Plenário já teve conhecimento da elaboração do sistema *on-line* a essas informações
1214dos municípios, inclusive, dos licenciamentos, e isso, infelizmente, por questão
1215orçamentária ainda não está concluído, por isso que pedimos os relatórios da maneira
1216convencional, em papel. Obrigado. **Sr. Presidente:** Mais alguém com a palavra? Então,
1217na próxima reunião esse assunto retorna para votação. Só gostaria de colocar que os
1218municípios habilitados e que, efetivamente, estão desenvolvendo licenciamento
1219ambiental, respondendo ao Conselheiro Sérgio, entendemos que o ganho maior não se
1220deu no fato de licenciar, o ganho maior se deu no fato de que dentro desses municípios
1221está-se conseguindo uma cultura ambiental. Isso não é um e nem em dois municípios,
1222os municípios que, efetivamente, licenciam, o Secretário de Obras quando vai fazer uma
1223obra hoje telefona para o Diretor de Meio Ambiente da prefeitura, ou para o Secretário
1224de Meio Ambiente e pergunta: *quero fazer tal obra, qual o procedimento?* Então, o
1225ganho maior, Sérgio, está sendo nessa área. Claro, existem exceções em tudo, e a
1226regra tem que ter exceções, mas entendemos que os municípios hoje, esses 97, e
1227desses 97 aqueles que, efetivamente, estão licenciando, que é em torno de 60% e 65%
1228desses, estão preparados para terem equipes técnicas para poderem exercer o
1229licenciamento dessas atividades. Então, o assunto retorna na reunião seguinte,
1230inclusive, vou colocá-lo como prioridade, mas entendemos que esse assunto foi
1231discutido e entendemos que os técnicos da FEPAM, do órgão ambiental e da SEMA que
1232participaram da moldagem disso, esses técnicos também se convenceram que esses
1233municípios conseguem exercer essas atividades. Esse assunto, então, acho que a gente
1234encerra por aqui. Duas inscrições sobre esse assunto, aí encerramos e passamos para
1235Assuntos Gerais. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Só queria fazer um contraponto, Sr.
1236Presidente. Quando nós fizemos alguns trabalhos dentro da FEPAM com os municípios,

1237 havia um item lá: *quais são as maiores dificuldades que o município está tendo?* E a
1238 grande maioria pautava os problemas internos dentro da sua própria prefeitura, Sr.
1239 Presidente. Então, é importante destacar isso, que muitas vezes os problemas estavam
1240 associados dentro da própria prefeitura. Isso não foi em um e nem em dois municípios,
1241 foi a grande maioria, nós temos alguns arquivos que podem representar. Eu gostaria de
1242 deixar uma sugestão para o SIGA para que viabilizasse, assim que possível, uma
1243 apresentação de como está a realidade no licenciamento municipal do Estado hoje.
1244 Acho uma questão premente e que pode andar paralela com a questão da nova tabela.
1245 **Sr. Presidente:** Clebes, da mesma forma, se perguntarmos para os técnicos da FEPAM
1246 qual é o maior problema, vocês também vão dizer que é problema de estrutura, que é
1247 problema de técnico. Quer dizer, de uma forma geral, como representante da ala dos
1248 municípios aqui, na verdade, estamos falando a mesma coisa. Então, essa resposta, às
1249 vezes, não tem grau de responsabilidade que precisa ter. Na verdade, é muito fácil para
1250 eu dizer: *eu poderia estar fazendo mais se tivesse dez Engenheiros, quarenta Biólogos*
1251 *aqui na minha prefeitura.* E da mesma forma se a gente pergunta para vocês, que são
1252 técnicos da FEPAM: *por que, eventualmente, não se consegue dar uma resposta mais*
1253 *rápida?* Também a resposta que nós ouvimos é essa. Então, entendo a posição, mas
1254 acho que o fato de nós gerarmos esse anexo e darmos a oportunidade para os
1255 municípios exercerem licenciamento dessas atividades, não vai significar um risco
1256 ambiental para o Estado do Rio Grande do Sul. Quero deixar isso bem claro, porque, às
1257 vezes, transparece que é uma irresponsabilidade colocar isso na mão dos municípios,
1258 só que se este Estado e este País não estão piores ambientalmente é porque muitos
1259 municípios assumiram essa responsabilidade. Então, existem coisas e mais coisas que
1260 têm que ser analisadas. Eu concordo com algumas colocações, Clebes, só que também
1261 não é levar uma coisa a esse nível. Nós temos o Tribunal de Contas que está fazendo
1262 auditorias ambientais nas prefeituras, temos o Ministério Público que está alerta, que
1263 caso o município cometa algum excesso, cometa algum erro administrativo, tem sido
1264 apontado. E os Conselhos Municipais, efetivamente, estão-se dirigindo tanto às
1265 PATRANs, quanto aos Ministérios Públicos pedindo providências. Então, na verdade,
1266 nós municípios estamos sendo fiscalizados, e, claro, erros acontecem, mas a grande
1267 maioria dos municípios, pelo menos estão começando a fazer correto, e acima de tudo,
1268 tendo isso que eu acho mais importante, ter essa cultura ambiental, do Secretário de
1269 Obras perguntar para o secretário de Meio ambiente o que pode fazer, o tem que fazer
1270 quando quer fazer uma obra de vulto e que tem impacto. E vocês sabem que, às vezes,
1271 o Estado não tem isso, e na União também. Então, acho que votar isso e transformar
1272 esse anexo, estamos aguardando desde 98 uma resolução que possa ser
1273 implementada, não é com risco ambiental para o Estado do Rio Grande do Sul. Só
1274 gostaria de deixar esse esclarecimento. Nada de pessoal, nós somos parceiros nesse
1275 trabalho, só que também não podemos, nós municípios, sermos irresponsáveis de
1276 montarmos equipes maiores que, eventualmente, as nossas demandas têm. Quanto ao
1277 assunto UNIVATES e Lajeado, infelizmente, aquele trabalho da UNIVATES foi
1278 inviabilizado e era padrão nosso, nós FAMURS criamos aquilo, na verdade. Foi gestado
1279 aqui dentro e, infelizmente, as universidades não podem fazer esse trabalho, lá sim
1280 estava havendo uma irregularidade total, porque as pessoas eram funcionários da

1281universidade para dar aula, professores, aí faziam gestão. O CREA entrou nessa
1282situação, denunciou esses contratos, mas todas essas prefeituras que estão
1283terceirizando, estão terceirizando não pessoas, isso é o mais importante. Eu estava
1284dizendo para o Secretário de Agricultura pela manhã, estão terceirizando equipes
1285técnicas, contrata-se uma equipe de consultoria onde naquela empresa tem um
1286Químico, tem um Biólogo, tem o Engenheiro, um Geólogo, eventualmente, à disposição.
1287Então, na verdade, isso é o mais importante. Os municípios eu entendo que estão-se
1288preparando e estão caminhando nisso. Então, só gostaria de deixar esse
1289esclarecimento, até porque equipes técnicas também dependem um pouco de demanda.

1290**Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, aproveitando
1291que a Pauta encaixa muito com a Casa onde nós hoje estamos, extraordinariamente,
1292fazendo a reunião, queria fazer algumas propostas de encaminhamento para a próxima
1293reunião que vai tratar desse tema. Para isso eu pediria a permissão de todos para fazer
1294um pequeno relato sobre esse debate na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Em
1295março de 2004 o Centro de Estudos Ambientais, o qual eu represento aqui neste
1296Plenário, foi nomeado Relator desse processo na Câmara Técnica de Assuntos
1297Jurídicos. E desde março de 2004 até março de 2005, nós pedimos que viesse à
1298relatoria, para que a relatoria pudesse exercer a sua função de Relatora, a
1299fundamentação, a motivação que levou à constituição dessa resolução. Inclusive,
1300tivemos a parceria da FAMURS em determinado momento, nos debates da Câmara, no
1301sentido de também acompanhar essa solicitação, de que fosse enviada até a Câmara
1302Técnica a motivação da alteração na resolução. Esse debate se deu sim até hoje pela
1303manhã. Hoje pela manhã tivemos a presença que muito nos esclareceu lá no setor
1304técnico da FEPAM, mas continuamos ainda debatendo isso, inclusive, nós optamos pela
1305abstenção hoje pela manhã na votação, porque defendemos a tese de que se não
1306temos a motivação da alteração não há como votarmos essa resolução. Então, eu
1307pediria, Sr. Presidente, que para a próxima reunião fosse preparada uma apresentação,
1308algum material que viesse até o Plenário, onde fosse apresentado para nós a motivação
1309dessa alteração. Nós sabemos que parte dessa motivação, compartilhamos essa
1310opinião na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, passa por um acordo de política
1311ambiental no Estado, que a gente entende legítima, que a gente entende que é possível
1312ser feito, mas entendemos também, aí eu falo em nome do CEA, que é importante que a
1313motivação chegue até nós. A motivação é um dos elementos constitutivos do ato
1314público, do ato administrativo, sem motivação nós não atendemos o princípio da
1315legalidade, que é o princípio legislativo que está consagrado expressamente na
1316Constituição Brasileira e depois na lei complementar que regulamentou o princípio da
1317administração pública. Então, seria importante, Sr. Presidente, para que não houvesse
1318dificuldade de debates de aprovação dessa resolução, que fôssemos esclarecidos mais
1319sobre essa resolução, que viesse até nós a motivação que leva à alteração dessa
1320tabela. Se a motivação é exclusivamente de ordem política, então, que nos seja relatado
1321nesse sentido. Aí já coloco as questões que podem ser anotadas para a gente estudar
1322se é o caso ou não de esclarecer, para a próxima reunião, por exemplo: na tabela, na
1323última página, diz assim: *teleféricos*, que é competência do município o licenciamento de
1324teleféricos, por quilômetros: *0,5km envolve 40,5km, 0,05km dos teleféricos serão*

1325licenciados pelo município. Parece-me que está adequada essa colocação se não
1326houvesse um outro parâmetro que me causou espécie, que foi na página anterior, onde
1327diz: *obras civis – rodovias de domínio municipal*. Toda rodovia de domínio municipal é
1328competência do município. Parece-me assim, grosseiramente, analisando, que um
1329teleférico causa menos impacto que uma rodovia. Como se justifica, então, um
1330teleférico? Uma pequena extensão ser competência do município e a rodovia, quantos
1331quilômetros tiver, ser toda competência do município? Não quero entrar no mérito se
1332está certo, se está errado, mas quero saber por que foi adotado esse critério, acho que
1333devemos saber porque. Outra questão também são os *shoppings centers*, os
1334*shoppings centers* não estão aqui na relação. Nós sabemos que alguns municípios já
1335estão licenciando *shoppings centers*, por que não entraram na relação? Há algum
1336motivo para isso? **Sr. Presidente:** É que a FEPAM, Soler, na verdade, quando nos
1337auxiliou a produzir esse documento, muitas coisas foram sugestões. Por exemplo, as
1338rodovias municipais, vou só citar um exemplo: um município de 3.000 habitantes,
1339Mariana Pimentel tem uma malha viária de 670km. Então, não há como o Estado se
1340responsabilizar por isso, o impacto é, iminentemente, local. Na verdade, a motivação de
1341tudo isso é a 237 quando fala em impacto local. O que estamos fazendo, e o Mauro
1342sempre usa esse termo, vou plageá-lo aqui, é de isso é a morte. Eu entendo que o
1343teleférico até 1.000m poderia ser licenciado pelo município, mas eu não sei o que dá
1344também, se são cinquenta ou mil. O que nós discutimos, e aí acatamos, esse caso do
1345teleférico é um que nós acatamos a proposta da FEPAM, é que isso é um corte, é
1346literalmente um corte. Quanto aos *shoppings centers*, a explicação que na época nos
1347foi dado, que um *shopping center* gera uma série de impactos que, eventualmente,
1348teriam que ser reestudadas, e que interfere também com a lei do estatuto da cidade. Por
1349quê? Porque um *shopping center* tem problema com resíduos sólidos, líquidos,
1350problema com trânsito. Então, isso já geraria alguns estudos a mais e que nesse
1351momento, e nós FAMURS acatamos essa posição, que nesse momento talvez fosse
1352mais vantajoso isso ficar na mão da FEPAM, porque na grande maioria de municípios
1353vai ter um ou dois *shoppings* e olhe lá, um *shopping*. Tanto que temos 330 municípios
1354com menos de 10.000 habitantes, provavelmente nem *shopping* não vão ter. Eu
1355concordo com a tua posição, é difícil na Câmara Técnica de Gestão as pessoas votarem
1356dizendo assim: *vou votar porque sou obrigado a votar*; porque, na realidade, opinião
1357técnica a gente não tem como ter, quem pode ter uma opinião sobre isso é o órgão
1358ambiental. Na verdade, nós perdemos de oito a um lá, foi o voto da FAMURS, que era
1359uma tabela com algumas alterações, contra essa tabela que foi trabalhada e oriunda do
1360órgão ambiental. Então, o que houve foi exatamente isso. A motivação é que a
1361legislação não diz o que é impacto local e nunca vai dizer. E o que o Estado me diz daí?
1362Valtemir, eu prefiro, então, liberar algumas coisas para o município, e caso isso der
1363algum problema, mais adiante a gente volta atrás, e ficar com o tempo e gente da
1364FEPAM disponível para trabalhar os impactos regionais, que hoje, lamentavelmente,
1365não tem tempo e nem gente suficiente para fazer isso. Então, na verdade, a construção
1366se deu desse jeito, Soler. Muita coisa aqui é acordo político mesmo. Concordo, teleférico
1367de 50m acho que não vai ter, não sei, aquele de Canela tem dois quilômetros e meio,
1368aquele da Cascata do Caracol. Nós aceitamos essas posição. Agora, algumas coisas

1369hoje, na área de resíduos sólidos, o Mauro pode falar melhor, há mais de cinco mil
1370processos lá. Tudo que é sucateiro tem que pedir licença na FEPAM, só que isso pode,
1371tranqüilamente, ser tratado em nível local pelo município. Isso, sucateiro que eu digo,
1372principalmente ferro velho. Incomoda essa gente lá da FEPAM esse pessoal do ferro
1373velho, tem técnico que não atende mais telefone: *porque, Valtemir, se eu atender o*
1374*telefone, é só para atender telefone*; porque há quantos mil ferros velhos no Estado?
1375Então, são essas coisas que a gente tentou regradar. Não é a perfeição, não é uma
1376maravilha do mundo, mas é uma tentativa. E é o único Estado brasileiro, isso que é o
1377mais importante. No Brasil essa história da descentralização está funcionando aqui no
1378Estado desse jeito, a gente até não concorda com algumas coisas, mas está
1379funcionando em 100 municípios a partir de hoje. O segundo Estado brasileiro que tem
1380mais municípios municipalizados é a Bahia, que tem cinco. No Paraná o Governador fez
1381um decreto dizendo que enquanto ele for Governador não tem municipalização. Em
1382Santa Catarina fizeram um decreto dizendo que ou municipaliza tudo, ou não
1383municipaliza nada, aí ninguém quis. Então, essa é a nossa situação do nosso País, e
1384nós aqui estamos tentando caminhar. Talvez um dia a gente chegue: *olha, tudo que*
1385*fizemos foi uma bobagem absurda*; mas só que esse anexo que estamos trabalhando
1386hoje é de 98. Os municípios, e vocês têm essa ciência, lá no município tu pedes uma
1387licença para construir um galpão, vejam bem a história: se tu pedires uma licença para
1388construir um galpão de 2.500m², tu pedes, simplesmente a licença de construção e o
1389habite-se na prefeitura e está resolvido, e tu não precisas de licença ambiental. Agora,
1390se essa pessoa disser que naquele galpão vai ter uma fábrica *assim e assado*, tem que
1391ter a licença ambiental. Hoje em dia há algumas coisas, por exemplo, uma oficina, dizer:
1392*oficina de 600m²*; isso não existe. Uma oficina hoje para caminhões e tratores tem no
1393mínimo 30m de comprimento por 25m ou 30m de largura, ou 60m de comprimento. O
1394impacto disso é reduzido. Só queria-te colocar isso, Soler, que foi esse o caminho que
1395caminhamos, não inventamos nada, não há acordo de dizer: *é um acordo político para*
1396*prejudicar o Estado*; não, não foi esse o espírito da coisa. **Sr. Antônio Carlos**
1397**Porciúncula Soler**: Sr. Presidente, para concluir a minha manifestação. Eu acho
1398importante essas declarações que foram colocadas pela Presidência, porque nos
1399esclarecem algumas questões e também continua-nos colocando em um parâmetro
1400diferenciado do resto do Brasil. Nós tivemos aqui a vanguarda de várias ações
1401ambientais, inclusive, a AGAPAN, a primeira ONG, reconhecidamente, no Brasil que se
1402instalou, inclusive, está completando 34 anos agora. Então, isso também é uma
1403inovação. Eu acho que a partir daí várias outras inovações se somaram. Então, com
1404relação ao mérito da operação, da mudança, da necessidade, com relação ao mérito da
1405necessidade da operação da resolução, é pacífico isso, não temos dúvidas,
1406compreendemos, inclusive, apoiamos a autonomia dos municípios. Agora, nós
1407entendemos que é importante que venha a motivação, por isso eu sugiro que se traga
1408para a próxima reunião uma motivação, esclareça-nos e que diga: *realmente, aqui é um*
1409*corte feito por critérios políticos, porque a gente pode discutir melhor a questão*. Já no
1410caso do teleférico eu vou fazer a proposta que o teleférico seja na íntegra competência
1411dos municípios, porque se o acordo vier na íntegra, um teleférico causa muito menos
1412impacto, em tese, do que uma rodovia. Não tem sentido aquela diferenciação. Então,

1413peço que seja feito isso e peço, também, já conversamos com o Dilda quando era
1414Presidente, no sentido de que os processos ganhem uma maior capacidade de
1415esclarecer os Conselheiros, porque esse processo mesmo não esclarece,
1416suficientemente, os Conselheiros. Nós temos ali um ofício da Câmara Técnica de
1417Gestão Compartilhada Estado e Município que envia uma proposta de resolução, passa
1418um tempo, depois ela envia outra, mas não explica no processo o que houve naquele
1419tempo, se houve um debate, se houve uma reunião, se houve uma discussão. Então, a
1420gente fica sem saber o que aconteceu. Há uma proposta do Comitê de Bacias que está
1421li, também, que não foi consignada, assim como outras propostas que também não
1422foram consignadas. Então, acho que merece um debate mais calmo, mais tranquilo. E
1423acho também que esses cuidados deveriam ser importantes para a próxima reunião
1424para que a gente não corra o risco de entrar em um conflito desnecessário e inviabilizar
1425um aperfeiçoamento importante para o licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul,
1426que é a alteração da n.º 05. **Sr. Presidente:** Não temos mais *quorum*, mas esse
1427assunto, então, fica para a próxima reunião. Agora passaremos para alguns informes e
1428Assuntos Gerais, mas colocar que não temos mais *quorum*. **7. Assuntos Gerais. Sra.**
1429**Edi Xavier Fonseca:** Só gostaria de deixar registrado e fazer um convite a todos, que a
1430AGAPAN, agora, dia 27-04, completa 34 anos. Então, vamos fazer algumas atividades,
1431uma delas é um *happy haour*, comemorativo aos 34 anos, no dia do aniversário mesmo,
1432dia 27, às 19 horas, em um restaurante de Porto Alegre que se chama Vou Levar, fica
1433na Vasco da Gama, esquina com a Miguel Tostes. Vamos fazer dia 28, às 14 horas,
1434uma manifestação na Câmara Municipal de Porto Alegre, abordando o tema sobre as
1435áreas especiais em períodos culturais. No dia 30-04 vamos fazer uma atividade, às 11
1436horas da manhã, no Parque Zeno Simon, que esse nome foi dado por causa do
1437integrante da AGAPAN, que faleceu há alguns anos, mas que tinha muito vínculo com a
1438questão das águas. Foi a pessoa que implementou o sistema de gestão do
1439Polopetroquímico na parte de recursos hídricos, técnico responsável pela parte dos
1440recursos hídricos. Também atuou na ABES, foi vice-Presidente da AGAPAN e
1441Conselheiro da AGAPAN, e o Parque Zeno Simon foi dado em homenagem a ele. Esse
1442parque fica na beira do Guaíba, no bairro Guarujá, em Porto Alegre. Então, vamos
1443plantar, além de fazer um plantio de árvores nativas, uma revitalização nessa praça,
1444vamos também plantar uma árvore símbolo da AGAPAN que é uma figueira, que
1445justifica toda essa polêmica entre patrimônios culturais e ambientais. Então, convido a
1446todos próprio participarem desses eventos em comemoração aos 34 anos da AGAPAN.
1447**Sr. Doadi Antônio Brum:** Nós queríamos deixar registrado aqui que, Sr. Presidente,
1448certamente, em função da mudança na Presidência houve um esquecimento no sentido
1449da nossa posse, conforme designação feita pelo Sr. Governador, em 15-03. O
1450Presidente Dilda havia pedido para que deixássemos para a próxima sessão, que seria
1451hoje, que eu creio que não tenha acontecido em função da sua posse, mas estaremos
1452aguardando. E estranhamos, inclusive, não termos sido nem convocados para a
1453reunião, nem avisados que, eventualmente, não sairia a nossa posse neste dia.
1454Obrigado. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Temos poucas pessoas
1455presentes, mas nós, membros das ONGs gaúchas, membros da APDMA, realmente
1456ficamos muito surpresos com a nomeação dessa ONG, porque temos no Rio Grande do

1457Sul critérios, o Movimento Ecológico Gaúcho tem critérios que definem o que são as
1458ONGs ambientais, que são critérios complementares aos exigidos no cadastramento do
1459CONAMA. E no CONSEMA, e nas outras representações das ONGs ambientalistas,
1460sempre quem faz a indicação é a APDMA. A APDMA sempre coordena a eleição da
1461representação das ONGs e faz a indicação aos diversos Conselhos estaduais, regionais
1462e nacionais. E nós ficamos muito surpresos com a nomeação dessa ONG, algumas
1463pessoas até conhecem por meio de um folheto essa organização, mas não é uma
1464organização que tenha qualquer relacionamento com o Movimento Ambientalista
1465Gaúcho, ou com a ADPMA. Então, entendemos que houve algum equívoco com relação
1466à nomeação dessa Entidade, os mandados das ONGs estão correndo, enquanto
1467APDMA estamos reunindo agora, nas próximas semanas, porque temos que fazer
1468uma série de eleições, entre elas as eleições do CONSEMA. E realmente queremos
1469acreditar que houve um equívoco quando da nomeação da ONG Amigos da Floresta,
1470porque, realmente, isso não passou pelo coletivo das Entidades Ambientalistas
1471Gaúchas. **Sr. Presidente:** Em relação a esse assunto não tenho como emitir opinião,
1472porque desconheço, tomei conhecimento na chegada, aqui, o Dilda me passou. Sem
1473conversar com o Secretário de Estado para tentar entender o procedimento que isso
1474aconteceu e porque, não tenho como dar opinião. Então, gostaria de colocar que na
1475próxima reunião trarei o informe dessa situação. Na verdade, não dá para sair-se
1476digladiando, as ONGs, porque vamo-nos somar, como são tão poucas as pessoas que
1477trabalham na área do meio ambiente, que sempre ter mais alguém para contribuir é
1478sempre salutar. Realmente, não sei o que aconteceu e terei que conversar com o
1479Secretário para saber o procedimento. Na próxima reunião a gente dá os
1480esclarecimentos. Acho que esse assunto não adianta nós aprofundarmos, porque,
1481realmente, não se tem informação, eu não disponho de informação. Então, concordo e
1482reconheço que há anos a APDMA faz esse trâmite da indicação das ONGs, só que em
1483relação a esse caso específico não tenho opinião, mas na próxima reunião trarei. Dentro
1484desse espírito, conversei com a Kathia no início da reunião, na próxima reunião
1485combinei com a Kathia que ela vai fazer uma pequena explanação do trabalho dos
1486Amigos da Terra. E assim eu gostaria que na outra reunião uma outra ONG também se
1487preparasse para também fazer, de repente, na outra a gente convida a AGAPAN para
1488fazer uma pequena explanação no início da reunião para todos os Conselheiros irem
1489conhecendo as Entidades que fazem parte do nosso Conselho. Às vezes, estamos
1490sempre juntos e não nos conhecemos, então, vou tomar a liberdade de iniciar as
1491reuniões dessa maneira. Claro, não vamos ter tempo para fazer uma hora de exposição,
1492mas pretendo que a gente consiga se conhecer um pouco melhor e tenho certeza que
1493vamos sair engrandecidos disso. **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler:** Sr.
1494Presidente, eu queria, primeiro, agradecer a recepção ao CONSEMA dado pela
1495FAMURS aqui neste prédio, e pedir que a gente volte a fazer isso de forma
1496extraordinária, que não seja uma constante, porque acho que as instalações lá da
1497FEPAM, a proximidade com a FEPAM facilita muita coisa. Extraordinariamente, não há
1498problema da gente fazer reuniões aqui. Segundo, queria pedir à FEPAM, sei que o
1499Mauro está saindo já, está encerrando os trabalhos, queria fazer um pedido de
1500informação à FEPAM no sentido de que forneça a nós um relatório sobre a situação do

1501licenciamento ambiental do manejo das dunas costeiras da Praia do Cassino, que é um
1502assunto local, da base do CEA, é um assunto polêmico há anos. Existe todo um
1503movimento local de proteção das dunas, existe uma legislação municipal favorável pelo
1504CEA em vigência, existe uma decisão da justiça que condenou a prefeitura e existe
1505também a necessidade de tomarmos conhecimento sobre o estado do licenciamento
1506ambiental do manejo desse ecossistema importante da região. Por fim, queria-me
1507manifestar com relação a esse assunto, ainda que não tenhamos mais *quorum*, e que
1508também o Presidente já pediu que a gente resolvesse isso na próxima reunião, mas eu
1509quero me manifestar no seguinte sentido: nós não entendemos o procedimento de
1510nomeação da ONG Amigos da Floresta legal e legítimo, e isso não tem nada a ver com
1511a natureza da ONG Amigos da Floresta, nem poderia ser diferente, porque nós não a
1512conhecemos. Então, não estamos fazendo um juízo de valor sobre a ONG e sim sobre o
1513processo como isso foi dado. Estou entendendo que não há guarida no direito para esse
1514processo, vamos estar atentos para que ele se resolva da melhor forma possível para
1515que a gente não entre em um momento de que esse equívoco, que foi mencionado a
1516pouco, torne-se em uma arbitrariedade, que fere o estado de direito e que nos leva a
1517lembrarmos de atos de autoritarismo que, felizmente, já tínhamos visto acabados no
1518Brasil e em toda a América Latina. Então, também espero que seja um equívoco do Sr.
1519Governador, ou do Sr. vice-Governador, esse ato. E tenho certeza que pela história de
1520compromisso do estado de direito com a democracia vai ser resolvido da melhor forma
1521possível, para que a gente não venha a ferir aí um equilíbrio de respeito e um equilíbrio
1522democrático que temos há muito tempo neste Conselho. Com relação à participação de
1523outras ONGs, que não as que estão aqui, nós temos todo um processo para isso, legal,
1524costumeiro, tradicional, já que consolidado. E se a ONG Amigos da Floresta, ou
1525qualquer outra, interessar-se em participar do CONSEMA, sugiro que essa ONG, então,
1526conheça esse procedimento, aproxime-se desse procedimento e procure dessa forma,
1527então, fazer parte do colegiado da forma adequada e legal para isso. Então, esse é o
1528registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, no sentido de que as coisas sejam feitas
1529dentro do estado de direito, dentro do respeito entre as instituições para que a gente
1530possa garantir a democracia e o avanço da democracia no CONSEMA e no Rio Grande
1531do Sul. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu também gostaria de deixar o nosso registro de
1532apoio ao nosso processo eleitoral. Principalmente, considerando que o mandado da
1533ONG Amigos da Terra ainda está válido, não espirou, vale até maio de 2005,
1534consideramos extremamente arbitrário o procedimento que foi feito pelo Governo do
1535Estado. Gostaríamos que ele fosse revisto de imediato, para que outros fatos como esse
1536não acontecessem mais. **Sr. Presidente:** Eu gostaria de colocar, em relação ao assunto
1537do manejo das dunas, Soler, que nós aqui na FAMURS constituímos um grupo de
1538estudo de manejo de dunas, porque os municípios têm que fazer planos de manejo de
1539dunas. Isso a FEPAM mandou, e quando deu esse acidente na praia, talvez vocês
1540acompanharam, que morreram duas crianças, aí veio à tona: *a FEPAM mandou um*
1541*documento pedindo um plano de manejo de dunas e ninguém mandou de volta.* Então, a
1542gente se reuniu, chamamos os prefeitos e vamos fazer um trabalho nessa linha, vamos
1543fazer um seminário aqui na FAMURS. Vocês vão ser convidados, inclusive, o CEA vai
1544ser convidado para expor o trabalho feito. Vejam bem, no dia que aconteceu isso os

1545prefeitos estiveram aqui, nós conversamos, e segundo o relato que eu tenho, o único
1546município que apresentou um esboço de plano de manejo de dunas foi o Município de
1547Torres, onde houve o evento, aquele do tufão, ano passado. E por incrível que pareça,
1548os danos não foram maiores porque tinha o plano. Então, vejam como, às vezes, a
1549gente diz: *ah, isso é mais um documento público que a gente vai ter que produzir*; só
1550que há realmente há interesse nisso e importância. Então, só ratifico, Soler, que nós, a
1551FAMURS, vamos fazer um trabalho e vou encaminhar essa solicitação à FEPAM. E eu
1552acho que esse assunto dunas não é só lá, o assunto dunas é complexo em todo o litoral.
1553A Marisa que estava aqui, a Marisa é de Capão, a nossa Presidenta no CONDIMMA, e
1554eles têm um posicionamento em Capão sobre Dunas e, realmente, está dando
1555resultado, um trabalho de fixação de dunas, ela é Bióloga da prefeitura, há dez, doze
1556anos que eles vêm trabalhando e lá quase não tem. Vocês podem ver na imprensa, em
1557Capão da Canoa, propriamente dito, há anos que não há episódios iguais a esses que a
1558gente vê onde isso não é feito. Então, o problema realmente é técnico, e vocês têm um
1559experiência nisso. E lembrar também que o Sérgio me trouxe um material aqui sobre o II
1560Seminário de Resíduos Sólidos da Bacia do rio Gravataí, dias 28 e 29 de abril. Tu tens
1561esse material em meio digital, Sérgio? Então, vou-te pedir para tu encaminhares para a
1562Rosaura, na FEPAM, aí ela repassa para todos os Conselheiros. A nossa próxima
1563reunião é dia 19-05. Só vou fazer um alerta aqui, porque vai ter uma reunião
1564extraordinária do CONAMA, dia 19-05, e de suma importância, porque vai tratar da Mata
1565Atlântica. Se isso acontecer eu vou tentar transferir a reunião para uma semana
1566posterior. Então, ficam todos desde já avisados e agradeço a presença de todos.
1567Obrigado, mais uma vez em nome da FAMURS, e a nossa Casa está à disposição.
1568(Encerra-se às 17h21min)

1569